



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

**LINO CASTELLANI FILHO
ROBERTO LIÃO JUNIOR
JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DA SILVA**

(Depoimento)

2016

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA



Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-665

Entrevistados: Lino Castellani Filho, Roberto Lião Junior e José Ribamar Miranda da Silva (Zezão).

Nascimento: não informado

Local da entrevista: Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília

Entrevistadora: Christiane Garcia Macedo

Data da entrevista: 17/03/2016

Transcrição: Kenia Gouvea Garrafiel, William Gomes e Ian Ogawa.

Copidesque: Natália Bender e Christiane Garcia Macedo.

Pesquisa: Natália Bender.

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 3 horas 35 minutos e 52 segundos

Páginas Digitadas: 93 páginas

Observações:

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

Sumário

Formação; Relação com as políticas públicas; Setorial do Esporte no Partido dos Trabalhadores; Cargos no Ministério do Esporte; Planejamento para criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer; Plano Plurianual; Criação e implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Acompanhamentos, Disputas internas para a criação e continuidade do PELC; Materiais; Cidades onde iniciou o PELC; Palavras finais.

Brasília, 17 de março de 2016. Entrevista com Lino Castellani Filho, Roberto Lião Junior e José Ribamar Miranda da Silva, a cargo da pesquisadora Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Professores, primeiro queria agradecer imensamente pela disponibilidade de vocês. Eu sei que a correria é grande, o tempo de vocês para a gente é precioso. Eu queria que cada um começasse falando sobre a sua formação e como e envolveu com as políticas públicas e o lazer.

L.C. – Muito bom. Quer começar, Zezão¹? Pode se apresentar.

J.S. – Eu sou José Ribamar Miranda da Silva, eu sou professor de Educação Física. Uma vida inteira muito próxima dessa questão do lazer, está no sangue, isso aí é pela minha formação. E já sou aposentado pela Secretaria de Educação, minha história dentro das escolas, trabalhando sempre com a questão do lazer, do esporte, fugindo um pouco dessa coisa do esporte de rendimento. Não tenho essa formação, não tive interesse, devo dizer que eu não tive interesse na questão do esporte de rendimento, de alto rendimento. Sempre optei por uma questão de filosofia, gosto mais trabalhar com a questão do lazer, do esporte vinculado com a questão do lazer, do bem estar. Acho que basicamente é isso.

L.C. – Completar aí, ele é muito modesto. O Zezão além de toda essa sua trajetória na Secretaria de Educação como professor da rede, ele chegou a ser o coordenador, eu não sei o nome técnico, do Parque da Cidade².

J.S. – Ah é. Diretor do Parque da Cidade.

L.C. – Diretor do Parque da Cidade por ocasião do Governo Cristovam Buarque³ em 1998.

J.S. – 1995 a 1998.

¹ José Ribamar Miranda da Silva.

² Parque da Cidade Sarah Kubitschek, em Brasília.

³ Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

L.C. – 1995 A 1998. E também foi assessor, também não sei o cargo técnico, da presidenta da Comissão de Cultura...

J.S. – Educação e Esporte.

L.C. – Educação e Esporte da Câmara Federal. Também em que período? Isso foi mais para cá, 2000...

J.S. – Foi 2002, no ano da eleição, antecedendo a Conferência, a Conferência Nacional de Educação...

R.L. – Da Esther Grossi⁴.

L.C. – Na ocasião a presidenta dessa comissão.

J.S. – Eu era coordenador de esportes.

L.C. – Então essa relação com a questão da política pública passa muito por essa experiência dele no Parque da Cidade, com essa problemática do lazer e um parque que é referência na cidade. Brasília é uma cidade com muitos parques, mas o maior, o mais central, do plano piloto, é o Parque da Cidade, o Sara Kubitschek. E por essa experiência adquirida dentro da Câmara Federal foi muito útil para o papel que ele desempenhou no Ministério como chefe de gabinete. Ajudou muito nas articulações, nas interrupções que a gente desenvolveu. José Ribamar Miranda da Silva você não vai encontrar em lugar nenhum, mas o Zezão [risos] você encontra. E o Zezão, hoje, é um artista plástico aqui no Distrito Federal já com o nome extrapolando as fronteiras do Distrito Federal...

R.L. – Nosso quadrilátero aqui.

⁴ Esther Pillar Grossi.

L.C. – E com obras muito interessantes, inclusive, boa parte delas, tendo o tema do esporte e do lazer como referência. Vale a pena conhecer também. Já tem um bonito futuro.

J.S. – Eu tenho isso, essa coisa do movimento que é uma paixão, pode ser bem assim essa coisa do movimento do corpo, dessa coisa. E eu sempre tive isso essa questão da arte com esporte. Para mim é uma coisa que está interligado, não tem como fugir disso, sabe? E coincidentemente são as disciplinas dentro das escolas, colocadas em segundo plano. E sempre digo muito isso. E agora, depois de aposentado, faço minhas esculturas que é uma forma de expressão, mas está muito ligado a isso, ao movimento, isso é o forte do meu trabalho.

L.C. – Mas já fazia antes. Eu vou depois passar para você uma foto, isso eu estou com uma certa dificuldade do desapego. Uma caricatura que ele faz em gesso, argila, minha numa posição de jogador de futebol. Com a minha pulseirinha [risos]. Depois eu passo a foto para você. A estátua eu vou pensar, a estatuetazinha, eu vou pensar. Está guardinha comigo lá.

R.L. – Com a camiseta do time do coração hein.

L.C. – É. Com a camiseta do São Paulo⁵ [risos]. Vai Liáo.

R.L. – Bem, como o Lino chama atenção, a gente se apresentar é sempre difícil, complexo, mas tentando recuperar alguns caminhos aí que a gente trilhou e ao longo dessas trajetórias de luta, sempre gladiando com o companheiro Zezão. Estivemos juntos também na APEF, Associação de Professores de Educação Física aqui do Distrito Federal. Ali final dos anos 1980, início dos anos 1990. Também na administração do DEFER⁶ tinha estatura de espaço executivo da secretaria de cultura e esporte nas ações vinculadas aí as políticas de esporte, nominalmente recreação, porque era Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação, mas já buscando apropriação das discussões contemporâneas aí do lazer em debate ai sempre... Tem uma instituição que para nós é muito cara, na formulação, e

⁵ São Paulo Futebol Clube.

diálogo, que é o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. E teve um papel fundante nessas... Na atualização, na consequência institucional de articular a intervenção, dado o ritmo frenético da política quente, mas calcada naquilo que é contemporâneo, naquilo que a academia discutia de maneira mais consequente. Vinculado a um projeto identificado com políticas populares, democráticas. E eu tenho cinquenta e quatro anos, sou professor de Educação Física também minha formação inicial é ligada à Educação Física nos anos 1980. Ingressei na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1980, terminei essa graduação em 1984. Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Defesa de dissertação e tese em 2003 o mestrado, 2013 o doutorado. E nessa trajetória, para nós sempre foi muito..., teve muito sentido a articulação daquilo que a área de conhecimento produzia, mais o calor da luta política. No sindicato, na associação, no partido político, sou filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1989. Tive oportunidades históricas de compor direções no Centro de Educação Física e Desporto Escolar, vinculado à Secretaria de Educação de 1995 a 1998. Um pouco antes na direção da APEF e da então Federação de Profissionais de Educação Física em momentos de definição de rumos, de concepções da formulação da regulamentação do então Profissional de Educação Física. E as nossas convicções vinculadas à função precípua da educação, mas entendendo essas dinâmicas que o mundo do trabalho apresentava a esses trabalhadores em Educação Física. Então tivemos aí nesse Centro de Educação Física e Desporto Escolar ligado à Secretaria de Educação que lidava com a Educação Física curricular, lidava também com programas e políticas de esporte e lazer para jovens, crianças, adultos, idosos. Ainda que não de forma articulada como a gente, a partir de 2003, organizou nosso Esporte e Lazer da Cidade, porque a gente chamava atenção da necessidade de uma política intergeracional que articulasse, não segmentasse, não fracionasse atendimento às crianças, aos jovens, às senhoras, às mulheres, aos homens, aos cadeirantes, às pessoas com necessidades educacionais especiais. A gente entendia que a totalidade da vida representaria, daria sentido a essa apresentação de um plano plurianual ainda em gestão. Então ainda nessa trajetória a gente teve, no último ano do Governo do Cristovam Buarque, compondo, mais uma vez aí, com nosso querido companheiro e amigo Zezão, na direção do Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação, no qual a gente buscou e deu materialidade a

⁶ Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação do Distrito Federal.

uma relação institucional com a Secretaria de Educação, entendendo, buscando romper uma prática histórica de hierarquizações entre aquilo que já consagrado na legislação como dimensões do esporte. A gente entendia que distintas dimensões, mas não hierarquizadas nem política, nem por orçamento, nem socialmente. Anos depois tivemos aí mais uma vez a possibilidade de compor de maneira mais recente agora em 2014, participação no Governo do Distrito Federal já na gestão do Governador Agnelo Queiroz⁷ voltamos na condição de membros de uma direção, como assessor, em uma coordenação de educação física também que vinculada contemporaneamente as mesmas atribuições que aquele Centro de Educação Física e desporto escolar lá nos anos 1990, 1995 e 1998 compunha. De forma mais elaborada, de forma mais organizada...

J.S. – Desde 2011, eu tive em 2011, depois quando, tá.

R.L. – É, é. A gente assume em 2014, dando sequência a uma tarefa que no primeiro momento foi coordenada pelo Zezão, na condição de diretor. Nas contradições internas do projeto, dentro do Governo Agnelo, desencontros, rupturas aconteceram e esse coletivo que a gente constrói a duas décadas, aqui no Distrito Federal, se reapresenta a essa coordenação para poder fortalecer essas nossas convicções históricas aí do lazer, do esporte, da educação como direitos sociais, ainda que vinculada a um contexto de mega eventos esportivos. Brasília foi sede de Copa do Mundo, abriu Copa das Confederações, então, lidar com essa contradição dentro de um governo que, na nossa perspectiva, contraditoriamente defendia teses antagônicas aquilo que historicamente a gente apresentou a sociedade, era um exercício complexo, mas faz parte. Fez parte de toda essa nossa trajetória lidar com essa política quente e toda a essa complexidade, dessa política de alianças que se estabelece para dar sustentação nos parlamentos, seja ele distrital, seja ele no campo federal. E bem como algumas práticas até vinculadas a um personalismo. Algum dirigente, algum gestor ter uma ideia que entende maravilhosa, espetacular, sem reconhecer a trajetória, a história de organização em luta daqueles segmentos, daqueles setores, e acha que aquilo é o mais novo, o mais contemporâneo, porque o peso da caneta, muitas vezes, prepondera para além de construções coletivas, para além de construções

⁷ Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

históricas de um conjunto de militantes, de uma organização partidária, de coletivos inseridos dentro dos partidos políticos. Então aquilo que o patrimonialismo na política, o personalismo, eles ficam... permeiam as nossas teses, as nossas lutas e a disputa está sempre colocada, mas a gente ao olhar para traz, inclusive a gente se encontra em um local, aqui dentro da Universidade de Brasília, que traduz um pouco dessas nossas convicções, no Esporte e Lazer na Cidade. Uma dimensão do projeto social e uma outra dimensão desenvolvimento científico e tecnológico. A Rede CEDES⁸ é a tradução desse desenvolvimento científico e tecnológico. Então para nós é muito honroso, depois de quatorze, quinze, dezesseis anos...

J.S. – Põe honroso nisso [risos].

R.L. – A gente estar nessa sala podendo participar desse debate, dessa conversa, desse registro histórico.

L.C. – Muito bem. Quantas fitas você trouxe?⁹ Porque... [risos].

C.M. – É digital [risos], tem doze horas se eu não me engano.

R.L. – Nós ficamos lá o que? Foram três vezes trezentos e sessenta, mais de mil dias. Então se gravar mais de mil dias [risos]. Fica tranquilo.

L.C. – Bem, meu nome é Lino Castellani Filho. Na época em que ingressamos no governo federal tinha cinquenta e um anos, 2003, hoje estou com sessenta e quatro anos feitos ainda esse ano completo meu sexagésimo quinto aniversário. Chego no Ministério¹⁰ por ter uma relação bastante próxima com uma estância do Partido dos Trabalhadores chamado Setorial Esporte e Lazer, que ajudei a construir muito antes mesmo dele existir. Ele ganha o nome de setorial muito tempo depois da sua já existência, mas não da sua formalização, que vem acontecer depois. Meu nome surge como um nome palatável a ideia de

⁸ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer.

⁹ O professor faz uma indicação para o gravador.

¹⁰ Ministério do Esporte.

representar o partido em uma das instancias do Ministério do Esporte, por ter um perfil acadêmico e militante que conciliava, naquele momento, a expectativa dos que militavam por dentro do setorial. E de alguma maneira um nome que se colocava acima das disputas internas de correntes, tendências e de possíveis interesses presentes por dentro do próprio setorial. Chego aqui no dia três de janeiro para a posse e desde então começamos a desenvolver o trabalho no Ministério do Esporte. Desde a ideia primeira de termos claro que pleito fazermos ao Ministro do espaço que deveria caber a nós, né? Vale a pena lembrar que o Ministério foi, digamos assim, entregue nas mãos de um partido aliado, historicamente aliado, que é o Partido Comunista do Brasil, mas desde o primeiro momento foi deixado claro que o PT¹¹ deveria fazer parte da estrutura daquele Ministério. Isso foi aceito, naquele primeiro momento pelo já nominado ministro o Agnelo, e então desde as primeiras tratativas de que espaço ocupar, nós nos fizemos presentes. O próprio Zezão e o Lião por necessidade de solicitação de afastamento da rede de educação do Distrito Federal chegam um pouco depois, mas o Ministério só ganha estrutura de Ministério a partir de maio de 2003. Nós ficamos de janeiro até maio de 2003 ainda numa condição de pré-criação. Participando dos debates, a construção do Ministério na sua estrutura interna, na sua organicidade para depois então termos aí a aprovação por parte do Ministério do Planejamento da lógica interna do Ministério, da ordem do Ministério. Foi um início bastante conturbado, porque nós tínhamos que mexer no avião, consertar o avião, arrumar o avião, colocar um avião dentro daquilo que nós entendíamos o melhor com ele em voo, não estava no pátio. Então nós tínhamos logo que chegamos tivemos um mês para apresentar ao Ministério do Planejamento um modelo, um desenho do Ministério e já tivemos nesse primeiro mês a primeira crise a ser enfrentada, porque faltando poucos dias para terminar o mês de janeiro nós não havíamos tido ainda convidados a sentar para conversar sobre essa estrutura e ficamos sabendo, fomos pegos de surpresa, que já havia um outro pequeno grupo, praticamente o ministro, seu chefe de gabinete, seu chefe de gabinete não.

R.L. – Secretário Executivo.

¹¹ Partido dos Trabalhadores.

L.C. – Seu secretário executivo e um técnico antigo do Ministério vindo fazer reuniões há bastante tempo, construindo uma estrutura sem o nosso conhecimento. Isso nos causou revolta já foi a primeira, digamos, pequena crise enfrentada pelo ministro, porque ou a gente participava dessa discussão ou a gente já saíria antes mesmo da existência do Ministério. Mas a participação foi bastante limitada porque o ministro teve como característica nos seus anos de Ministério, uma lógica muito centralizadora e a partir de um determinado momento, olhando para nós como seres estranhos, alheios aos interesses que o Partido Comunista do Brasil tinha e mais o que próprio Partido Comunista do Brasil, ele próprio tinha em sua presença e passagem pelo governo federal pelo Ministério do Esporte. Nesses dois, três primeiros meses tivemos também que já começar a pensar os programas orçamentários para o PPA¹² 2004 a 2007, no momento que mal tínhamos tempo de ter ciência do programa orçamentário do governo passado, do Fernando Henrique Cardoso, e que estava em vigor. Você que sabe que a lógica dos planos plurianuais, dos PPA's, ele aponta que você trabalha nele no segundo ano de governo ao primeiro do governo subsequente. Então nós em 2003 trabalhamos com orçamento aprovado a partir do PPA do Fernando Henrique Cardoso para o esporte. O esporte então vinculado ao Ministério de Turismo e Esporte, esporte e turismo, não Ministério próprio. Estávamos nos apropriando disso, e ao mesmo tempo tendo que construir um programa orçamentário. Nesse debate nós tivemos no último minuto do jogo para aprovação do PPA do Ministério uma quebra de braço bastante forte entre nós, da nossa secretaria, aqui cabe um parênteses, nós pleiteamos mais de uma secretaria, mas na construção das negociações ficamos com uma secretaria e denominamos uma Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer pensando duas dimensões: uma dimensão de um projeto social esportivo e uma dimensão de ciência e tecnologia de desenvolvimento de estudos, de trabalhos, de apoio de trabalhos voltados a melhoria da gestão pública no campo do esporte e lazer. E até então nós tínhamos a Rede CENESP¹³ sob nossa responsabilidade. Um segundo golpe que tivemos foi quando também soubemos pelo diário oficial que a Rede CENESP tinha saído da nossa gerência, da nossa gestão, e tinha sido conduzida à Secretaria de Esporte de Alto Rendimento por um movimento articulado pelos coordenadores da Rede CENESP, que não viam em nós pessoas simpáticas ao esporte de alto rendimento, pela nossa trajetória muito mais

¹² Plano Plurianual.

acadêmica do que de gestão. Eu havia tido um encontro com eles e tinha deixado claro que para nós excelência esportiva não se limitava ao alto rendimento. Que nós tínhamos a intenção de continuar trabalhando na lógica do alto rendimento, mas também incorporando as outras dimensões do esporte na definição de políticas, tendo a Rede CENESP como uma rede que daria sustentação a toda essa diversidade, essas distintas dimensões do esporte. Eles não gostaram disso. Pedimos também... a Rede CENESP vinha do Governo FHC¹⁴ e nós não tínhamos... chegamos no Ministério encontramos um quadro parecido com esse que você encontrou. Uma total ausência de informações sobre a Rede CENESP. Sabíamos que ela tinha lidado com aproximadamente quinze milhões de reais e não tínhamos notícia de como esses recursos tinham sido utilizados, e deixamos claro que iríamos buscar isso para a partir desses documentos termos aí um plano de ação para a Rede. Eles vieram a Brasília junto em uma ação entabulada com o então secretário de alto rendimento que era o André Arantes¹⁵, filho de um militante importante na história política de esquerda brasileira o Aldo Arantes.

J.S. – A Paula¹⁶ já tinha saído, né Lino...

L.C. – Não, a Paula não tinha entrado ainda. Paula entrou depois. E junto com esse Secretário, foram ao Ministro, fizeram esse pleito e o Ministro atendeu, mas não nos comunicou. Ficamos sabendo disso pelo Diário Oficial. Isso nos deixou, em um primeiro momento, bastante irritados, mas depois que a bile do fígado se assentou e que a adrenalina baixou, resolvemos então pensar em uma estrutura que lidasse com esporte nas suas outras dimensões que não aquela do alto rendimento. Daí surgiu, portanto, a Rede CEDES ou Rede CEDÉS, em alguns lugares brasileiros acentuação é CEDÉS em outros é CEDES. E quem estava comigo nesse início todo foi o professor Veronez¹⁷, lá do Rio Grande do Sul, de Pelotas, da Universidade Federal de Pelotas. Ele estava fazendo seu Doutorado na UNICAMP¹⁸, ele era coordenador do Setorial Nacional de Esporte. Ele fez parte do

¹³ Centros de Exelência Esportiva.

¹⁴ Fernando Henrique Cardoso.

¹⁵ André Almeida Cunha Arantes.

¹⁶ Maria Paula Gonçalves da Silva (Magic Paula).

¹⁷ Luis Fernando Camargo Veronez.

¹⁸ Universidade Estadual de Campinas.

governo de transição entre o Governo FHC e o Governo Lula¹⁹, na chegada do Lula, ele foi o nome cogitado assumir a secretaria, mas nas discussões internas ao setorial o nome dele foi descartado a favor do meu. Mas ele fez parte da nossa equipe e naquele momento quem estava dentro do Ministério era ele e eu. O Zezão estava tomando as providências para chegar, Roberto Lião também, depois disso chegaram Luiz Otávio²⁰ do Rio de Janeiro como o nome indicado pelo Setorial de Esporte do Rio de Janeiro. Depois, junto com ele, veio a Andrea Ewerton²¹ com um nome indicado pelo coletivo do Pará. Então na verdade o programa orçamentário Esporte e Lazer da Cidade teve como pessoas que protagonizaram sua primeira elaboração, por essas circunstâncias, não mais do que isso, eu e o Veronez. O Roberto estava aqui em Brasília, né? Também uma vez ou outra passava meio pelo Ministério nos dizendo das dificuldades de conseguir liberação aqui.

R.L. – Na época eu me encontrava como professor de Educação Física de um Centro De Ensino Médio Paulo Freire. E as dificuldades para que a gente pudesse sair eram muito concretas, porque a gente tinha um governo no Distrito Federal francamente opositor ao Governo Lula.

J.S. – Até a própria estrutura não estava... Porque eu já era aposentado e também eu demorei por conta da própria estrutura...

L.C. – Que não tinha ainda correto.

R.L. – Ainda indefinida.

J.S. – Como é que você vai nomear ...

L.C. – Eu não tinha como nomear o Zezão como chefe de gabinete de uma secretaria que não existia. Eu era um secretário de uma secretaria que não existia. Tudo que existia ainda

¹⁹ Luis Inácio Lula da Silva.

²⁰ Luiz Otávio Neves Mattos.

²¹ Andrea Nascimento Ewerton.

era estrutura anterior. Um Secretário Nacional de Esporte Educacional que era o Orlando²², que depois se tornou Ministro.

R.L. – Na época Secretário Nacional de Esporte. Ainda nessa transição para as três secretarias.

L.C. – Isso. Isso. Isso E aí tinha diretores de departamento, o Veronez então era diretor de Departamento de Ciência e Tecnologia e eu era diretor não sei de que. Nem lembro.

R.L. – Política Social?

L.C. – Alguma coisa, não lembro, confesso para você. Eu tenho inclusive o ato de posse dessa coisa, mas não lembro. Mas o fato é que assim, isso então as pessoas que se detiveram na construção do programa orçamentário por dentro do Ministério fui eu e o Veronez. E tivemos nesse momento, quer dizer esse parênteses foi grande, para dizer que até o último momento no encaminhamento dos programas orçamentários para o Ministério do Planejamento para fechar o PPA do Ministério do Esporte, uma insistente pressão para que abríssimos mão do projeto social esportivo Esporte e Lazer da Cidade que tinha o mesmo nome do programa orçamentário Esporte e Lazer da Cidade. O programa orçamentário é um grande guarda chuva, tinha dois projetos dentro: o social esportivo com o mesmo nome e o da Rede CEDES pela lógica científica e tecnológica. Mas não abrimos mão. Eles queriam ter na verdade um Segundo Tempo²³ comunitário. Porque o PCdoB²⁴ queria ter uma única marca para projeto social e a marca esporte e lazer criaria dificuldades na definição no meio social da marca do esporte voltado para o campo social. Nós não abrimos mão, não por vaidade ou coisa parecida, mas porque entendíamos que a concepção, o desenho arquitetônico do modelo conceitual do Esporte e Lazer da Cidade tinha como base as experiências de administrações petistas, debates acadêmicos, discussões ou setoriais bastante diferentes da lógica do Segundo Tempo adotava, nada

²² Orlando Silva de Jesus Júnior.

²³ Programa Segundo Tempo.

²⁴ Partido Comunista do Brasil.

mais nada menos do que uma mera reprodução do que era o Esporte na Escola do programa orçamentário do Governo Fernando Henrique Cardoso, com outro nome.

J.S. – Era contra tudo, só isso, basicamente.

L.C. – É. O nome foi cunhado de uma forma circunstancial numa conversa entre o Orlando, o Cristovam Buarque, que era o Ministro da Educação, e eu na ante sala do Ministro. O Orlando jogou esse nome, Segundo Tempo; Cristovam ficou entusiasmado com nome, topou e ficou Segundo Tempo. Mas então nós fizemos esse movimento, depois fomos agregando as pessoas que conseguiram suas, digamos, cartas de alforria de seus lugares para vir fazer parte do coletivo petista do Ministério do Esporte. Dentre esses que eu citei ainda ficou faltando o professor Marcelo Ferreira²⁵, que se autodenomina Marcelo Russo, como indicação vinda de Pernambuco. Então na verdade quando chegaram essas pessoas, Luiz Otávio, Marcelo Russo, Andrea Ewerton o programa orçamentário já estava pronto. Eles assumem seus lugares da estrutura, já tendo um PPA entregue ao Ministério do Planejamento com uma determinada lógica. Lógica essa que provavelmente vai querer saber da gente, mas então...

C.M. – Lino, deixa eu só voltar então um pouquinho. Todos, Andrea, Luiz Otávio e o Marcelo eles eram do setorial também?

L.C. – Sim. Na verdade, a pessoa que representava o setorial do Pará era uma gestora, uma militante do PT do Pará que por nós é chamada de Macapá²⁶, se perguntar para mim o nome dela eu não sei. Sócia do CBCE²⁷ também, sempre frequentou GTT²⁸ de Políticas Públicas. Mas a Macapá que era representante do setorial no Pará é que indicou a Andrea para representa-los. Jamersom²⁹ era o representante do setorial de Pernambuco e indicou o Marcelo como representante daquele setorial. E o Ribamar³⁰ era o representante do setorial

²⁵ Marcelo Pereira de Almeida Ferreira.

²⁶ Fátima de Souza Moreira.

²⁷ Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte

²⁸ Grupo de Trabalho Temático.

²⁹ Jamerson Antônio de Almeida da Silva.

³⁰ José Ribamar Pereira Filho.

do Rio de Janeiro que indicou o Luiz Otávio para representá-lo dentro da estrutura do ministério. Aqui em Brasília o setorial indicou outros nomes que também fizeram parte da estrutura em DAS³¹ por dentro desses departamentos, Ciência e Tecnologia e Projeto Social e Esportivo. O Ricardo³², que hoje...

R.L. – Que hoje ele é Deputado distrital.

L.C. – Deputado distrital.

R.L. – Pelo PT do Distrito Federal.

L.C. – Pelo PT do Distrito Federal, o irmão dele, Marcelo³³ chamava-se lá.

R.L. – Marcelo, esse é no segundo momento quando ele se afastou.

L.C. – Isso. E o próprio... Paulão³⁴, que era uma pessoa que depois se tornou até técnico...

R.L. – Foi presidente da AGAP do Distrito Federal, Associação de Garantia ao Atleta Profissional. Ele era o vice-presidente da Federação. E o Leandro.

L.C. – E o Leandro de Santa Maria? Não, o Leandro daqui.

R.L. – Daqui também do Distrito Federal.

L.C. – E quem era de Santa Maria mesmo?

R.L. – Heraldo.

L.C. – O Heraldo³⁵. Esses nomes todos...

³¹ Cargos dentro do Ministério.

³² Nome sujeito a confirmação.

³³ Nome sujeito a confirmação.

R.L. – Teve gente também da Liga Esportiva de Santa Maria.

L.C. – E Santa Maria que é uma cidade satélite daqui.

J.S. – E teve aquela troca com o Douglas³⁶ né?

L.C. – Isso mais a frente. Isso. Mais a frente aí nós ainda trouxemos uma outra pessoa em uma negociação com o setorial de São Paulo para também fazer parte dessa nossa equipe. Porque era assim uma formação técnica no campo da gestão bastante interessante. Menos militância, mas mais domínio da máquina pública, da administração pública que era importante para a gente.

J.S. – Já trabalhou com a máquina.

L.C. – Sim. E aqui de Brasília nós tivemos ainda professor também da Rede Municipal chamado Mario Amaral³⁷, que também se tornou técnico de carreira e está na Casa Civil hoje. Era professor da Rede, continuou por lá. Então o Distrito Federal, o setorial de Brasília, do PT, do Esporte e Lazer, acabou indicando mais nomes porque eram DAS que não permitiam ter direito ao auxílio moradia. Então, ninguém viria de fora sem auxílio moradia que não teria condições de morar aqui. Salário muito baixo. Então são cargos que tinham que ser ocupados por pessoas daqui que não precisassem desse auxílio moradia. Até o DAS 4, DAS 6, 5 e 4 você tem direito a auxílio moradia. 6 é o Secretário, 5 é o Diretor de Departamentos e 4 era Coordenação. Cargos ocupados... Aí tem o Chefe de Gabinete e Assessoria que era 4. Andréa foi 3, o Luiz Otávio foi 4...

R.L. – Andréa foi 4

L.C. – Andréa foi 4 também? O Veronez foi 5, Diretor de Departamento. Correto.

³⁴ Nome sujeito a confirmação.

³⁵ Nome sujeito a confirmação.

³⁶ Nome sujeito a confirmação.

R.L. – Ele e o Luiz Otávio.

L.C. – Luiz Otávio foi 5 também, Diretor de Departamento. Luiz Otávio...

R.L. – Andréa e Marcelo.

L.C. – Diretor do projeto social esportivo e o Veronez diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia. E a Rede CEDES surge em uma conversa no hotel onde o Veronez está hospedado e a secretaria do DENIT, em uma conversa iniciado pelo Veronez pensando uma estratégia para darmos respostas a saída da Rede CENESP de nossa responsabilidade. Aí pensamos na configuração de uma política que pensasse em fomento de estudos e pesquisas voltados a melhoria da gestão pública. Isso é importante ser dito porque nós em nenhum momento quisemos criar o Ministério do Esporte na secretaria uma instância que fosse um mini CNPQ³⁸ ou uma mini agência de fomento para estar aí se associando as já existentes. Nós queríamos uma instância que pudesse nos auxiliar na gestão. De que maneira? Construindo estudos, desenvolvendo pesquisas na direção da melhoria da qualidade da gestão pública no âmbito do esporte e do lazer. Nós não tínhamos esses estudos a treze anos atrás. O próprio GTT lidava com alguns poucos relatos de experiências sem ainda muito, muita densidade na sistematização dessas experiências. Isso se desenvolveu de lá para cá *muito* a partir dos recursos liberados pela Rede CEDES. E nós tínhamos até o momento pela minha trajetória no mundo acadêmico um pleno controle, um pleno domínio da área para saber o que cada grupo existente, naquela ocasião, vinha escrevendo, vinha produzindo, vinha pesquisando. Então naquele momento nós fizemos convites diretos, então era uma era indução, era uma política indutiva.

R.L. – Nos seus respectivos estados.

L.C. – Correto. Nós sabíamos que estava em tal lugar um grupo com expertises instaladas, competência instalada para desenvolver estudos em tal direção e assim foi. Não eram

³⁷ Nome sujeito a confirmação.

amigos, eram pessoas que alguém de próximas politicamente, em uma concepção de mundo, de sociedade, lógico, tinham respeitabilidade no mundo acadêmico, legitimidade no mundo acadêmico para responder as nossas necessidades.

J.S. – Lino, qual era o nome daquele rapaz que é de Uberlândia?

L.C. – Era, foi o Apolônio. O Apolônio Abadio do Carmo foi chamado por mim em um momento que o Veronez teve que se afastar para dar conta do término de seu doutorado, para nos ajudar como assessor pelo PNUD³⁹ para trabalhar aí a formatação da Rede CEDES. Você vai receber de nós um caderninho que tem toda a estrutura da Rede CEDES e tem também a do Esporte e Lazer da Cidade, que para nós nunca foi PELC. O PELC é um apelido dado a ele a partir da chegada da outra Secretária, aquela que nos substituiu⁴⁰. É porque nós fazíamos questão de frisar o Esporte e Lazer da Cidade, reforçando a tese de que aquele nome não era um nome construído por acaso, mas que tinha um significado importante para nós que era o de ter a cidade como instância protagonista na construção nas suas ações de lazer.

J.S. – Posse.

L.C. – A propriedade. Era dela. Não era uma coisa que o governo federal fazia para ela, ela só se apropriava não como sujeita da ação. Nós queríamos reforçar a ideia da apropriação dela, da própria concepção do que fazer. Certo? A partir de algumas lógicas, de alguns conceitos e uma estrutura definida pelo programa. Então sempre nos reportamos. Inclusive até a gente brinca quando se ouviu falar em Esporte e Lazer da Cidade éramos nós. Quando ouviu falar em PELC era da pessoa que nos substituiu para frente. Uma outra característica nossa, isso é importante frisar, nós sempre levamos o nosso trabalho para dentro da instância do Partido dos Trabalhadores responsável por discutir e pensar o esporte e lazer, que era o setorial. Em todos os momentos que levamos as nossas reflexões, nossas ações, a execução do nosso trabalho para dentro do setorial fomos questionados por

³⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁴⁰ Se refere a Rejane Penna Rodrigues.

grupos que mais do que questionar o programa, o projeto social, questionavam a nossa presença buscando ocupar aquele espaço em nosso lugar, em todas às vezes saímos vitoriosos nesse embate. Em todas. Inclusive na última em 16 de fevereiro de 2006 quando de uma forma mais marcante, iniciativas de ocupação de nosso espaço se fizeram presente dentro do setorial. Nós saímos da reunião do setorial com representantes do Acre, do Paraná, do Rio de Janeiro, São Paulo de um encontro em São Paulo, da sede do partido saímos vitoriosos. Ganhamos a nossa permanência. Ganhamos o respaldo setorial para nossa permanência. E essa decisão do setorial não foi respeitada pelo Secretário Nacional de Movimentos Populares e Setoriais, na época, já faleceu inclusive.

J.S. – Que Deus o tenha!

L.C. – Que se tornou conhecido por ter comandado aquela invasão no Congresso Nacional e que depois ficou um tempinho, né, pouco tempo na Papuda⁴¹, preso na Papuda por conta desse seu ato. Ele também coordenava o movimento de luta dos sem terras, que era uma dissidência do MST⁴² lá de Pernambuco e estabeleceu interlocução direta com o professor Marcelo, não sei dizer se com o professor Jamersom, mas com o Marcelo sim. E ouviu a versão do Marcelo sobre o que vinha se passando o setorial e nas questões internas. E junto já com as pessoas do Rio Grande do Sul na figura de daquela que depois nos substituiu. Comunicou ao Ministro que o PT iria mudar a sua representação dentro da estância ministerial. Nós nunca tivemos uma reunião com ele e nunca nos recebeu para conversar sobre nada, tentamos em alguns momentos, ele não quis. E desrespeitou isso trouxe como consequência, da nossa leitura, o fim, a morte, a data de enterro do Setorial Nacional de Esporte e Lazer. Que ainda existe como figura decorativa da estância partidária do Partido dos Trabalhadores, que perdeu legitimidade porque os nossos militantes vieram do Acre, do Paraná, do Rio de Janeiro, pagando do próprio bolso a vinda. Passamos dois, três dias discutindo as questões internas, pagando tudo por nossas contas. Ficamos na casa de amigos. Alimentação pagando por nossa conta. Se toma uma decisão que depois é violentada, desrespeitada da forma como eu te falei. Então a pessoa que nos substitui ela entra a partir desse contexto. No nosso entender, no meu entender sem nenhuma

⁴¹ Presídio em Belo Horizonte.

legitimidade, sem legitimidade política, ética para conseguir nos olhar nos olhos, porque entrou pela porta dos fundos no nosso entender.

J.S. – E houve uma, se cabe um adendo, houve uma tentativa de...porque na verdade queriam tirar você, você e o Veronez. Que houve um convite para que eu ficasse, para que ele ficasse, para que Douglas ficasse. Até que o Douglas ficou.

L.C. – O Douglas ficou.

J.S. – E eu falei: “Ah não! Tô fora. Isso é golpe” O Liáo saiu, eu saí.

L.C. – O Veronez a mesma coisa, o Veronez não, me desculpe...

J.S. – O Veronez sabia que foi....

L.C. – Sim.

J.S. – O Veronez também sabia.

L.C. – O Liáo também chegou a ser convidado permanecer. Antes disso eu e o Roberto Liáo fomos recebidos pelo já ministro Orlando...

R.L. – Primeira audiência pública.

L.C. – Primeira audiência pública do Orlando porque o Agnelo se afasta para ser candidato ao Senado naquele momento. Na primeira audiência do Orlando no gabinete de Ministro ele nos recebe, constrangido porque coube a ele dar, digamos, encaminhamento ao ato da nossa exoneração. Eu deixei claro que não queria que constasse uma exoneração a pedido, eu quero, não quis na época editar a história, adulterar história, ou passar uma ideia distorcida dessa história, fiz questão que deixasse claro que não era pedido, não estava

⁴² Movimento Sem Terra.

pedindo para sair, eu estava sendo retirado, lá em história um dia iria registrar isso. E ele nos fez um convite para continuar no Ministério como assessores dele, a mim e ao Roberto Lião no mesmo momento. Nós dois agradecemos o convite, mas dissemos a ele que não era da nossa lógica, da nossa perspectiva de ética política agirmos dessa maneira. Não estávamos lá por conta de cargos, não queríamos ficar pendurados na máquina governamental. Tínhamos um projeto a desenvolver e isso havia sido cerceado por um fogo, fogo amigo que de certa forma veio atender interesses do PCdoB, não mais do Orlando ministro, mas do partido que buscava uma aproximação com o campus do setor conservador do campo esportivo, e encontrava em nós uma resistência muito grande a essa aproximação. Comitê Olímpico Brasileiro, CONFEF⁴³ que fazia parte do Conselho Nacional de Esporte, a CBF, Confederação Brasileira de Futebol.

J.S. – A Confederação Brasileira de Clubes.

L.C. – A Confederação Brasileira de Clubes, os representantes que o Ministério indicava, tinha direito de indicar, como pessoas de gabaritada competência, conhecimento no campo esportivo.

J.S. – Teve também uma por conta da do crescimento do PC do B na área de esporte. Você lembra que em toda prefeitura tinha uma cabeça, eles se organizaram no esporte.

L.C. – Eles fizeram uma verticalização.

R.L. – Eu me lembro que eu fui uma vez representando você em Praia Grande, congresso, alguma coisa que teve lá que eu achei assim... vi a força do Partido Comunista do Brasil, e foi colocado lá isso aí e tem aquela história que a gente não sabe se tinha uma associação, era uma associação municipal né...

L.C. – ASMEL. A pessoa que assumiu meu lugar na secretaria ela presidia a Associação de Secretários Municipais de Esporte e Lazer. E houve um certo acordo entre essa pessoa e o

⁴³ Conselho Federal de Educação Física.

grupo do PC do B para que ela passasse, o nome dela seria aceito, seria, digamos, defendido se ela passasse a presidência dessa entidade, da ASMEL, para uma pessoa do PC do B.

R.L. – Lino, fazer um registro, porque fui um daqueles que subscreveu a ata de fundação da ASMEL em Goiânia, em 1991.

L.C. – Pois é. E quem assumiu a ASMEL, a partir de então, foi o Júlio Filgueira⁴⁴ que era Secretário do Esporte do Município de Guarulhos, São Paulo, pelo PC do B. Então esses acordos aconteceram, eles se livraram de um grupo que fazia frente a uma lógica de política. Eles foram buscar na pessoa da professora Cássia⁴⁵ um nome no mundo acadêmico que pudesse de alguma forma fazer frente a nossa história acadêmica. Eles não tinham naquele momento elementos para fazer essa contraposição. E a Cássia chega no primeiro momento buscando, inclusive, uma articulação entre nós. Em um certo primeiro momento isso aconteceu.

R.L. – Cássia militante do PC do B.

L.C. – Do PC do B. E com passar do tempo ela foi cada vez mais se identificando com o grupo do PCdoB, partido dela e, digamos, abrindo mão, abdicando um pouco dessa interlocução. Embora sempre tenha dado apoio às ações do CBCE dentro do Ministério, dos recursos para os congressos, com a publicação da revista tudo mais. A Rede CEDES muda sua forma de agir, passam a trabalhar com editais com um discurso de que nós agimos mais para atender grupos de estudos mais próximos, quando na verdade não era isso, nós tínhamos *know how*, *expertise*, para saber onde estava sendo produzido o conhecimento, coisa que essa pessoa não tinha porque não era da área. E muda também a forma de lidar com a ideia, com papel, com objetivo da Rede, a medida que começa financiar pesquisas sem nenhuma relação com o campo da política pública de esporte de lazer com a gestão em particular pública. E aí sim começa ganhar um ar de um pequeno CNPQ dentro do Ministério do Esporte, algo totalmente descabido e algo que chegou a ser

⁴⁴ Júlio Cesar Monzú Filgueira.

questionado nas gestões mais recentes pelo secretário executivo, dizendo que não tinha cabimento aquilo. E eu concordo com ele. Na medida que eu passo a ser uma instância de fomentar qualquer tipo de pesquisa, não tinha sentido o Ministério do Esporte se envolver nisso. Tinha sentido se ele continuasse preocupado em buscar o fomentar estudos voltados para melhoria das políticas públicas nesse nosso campo esportivo e de lazer. Então nós tivemos nesse período o Apolônio que veio ajudar para, de certa forma, sistematizar as diretrizes da Rede CEDES. Nós tivemos a professora Yara Carvalho⁴⁶, que veio nos ajudar em 2003 até um pedacinho de 2014, com uma aproximação com o Ministério da Saúde e aí as questões foram circunstanciais porque o secretário executivo do Ministério da Saúde era o professor Gastão Wagner⁴⁷ 2003, 2004. O professor Gastão Wagner tinha sido orientador da professora Yara na sua tese de doutorado, então... E era próximo a mim ele, o Gastão, políticas internas, na UNICAMP⁴⁸ era professor da UNICAMP da faculdade de medicina. Os nossos embates políticos que passava pela Associação dos Docentes, que eu presidi por um período. Nós tínhamos nele uma pessoa muito próxima, uma pessoa muito ligada as nossas ações compondo nosso grupo. Então ela foi chamada para estabelecer uma articulação entre o projeto social “Esporte e Lazer da Cidade” e o Ministério do Esporte. Nós temos, eu tenho e o Zezão trouxe vídeos com power point, com algumas coisas que tratam do que conseguíamos junto ao Ministério da Saúde. Foi pouca coisa porque em dezembro de 2003, eu não sei se dezembro de 2003 ou 2004, acho que foi 2003, o Gastão rompe com o Ministro, o Ministro de... O Ministro era de Pernambuco. Qual o nome dele? Deputado Federal hoje, Senador hoje. Qual o nome dele? Esqueci o nome dele. O Roberto vai lembrar. E isso traz dificuldades para nós depois... Aqui tem um capítulo que trata um pouco da nossa história também. É [silêncio]. Mas foi um trabalho interessante que acabou sendo consignado num artigo publicado em um livro sobre a resignificação do Sistema Único de Saúde. Tem um capítulo chamado “Resignificação das Políticas de Esporte e Lazer junto ao SUS⁴⁹” assinado por mim e pela Yara. Eu vou te passar as referências desse artigo, tá? Isso já está anotado como tarefa minha depois.

⁴⁵ Cássia Damiani.

⁴⁶ Yara Maria Carvalho.

⁴⁷ Gastão Wagner de Sousa Campos

⁴⁸ Universidade Estadual de Campinas.

⁴⁹ Sistema Único de Saúde.

J.S. – A Yara foi organizadora?

L.C. – Isso foi um livro organizado por aqui, Ministério da Saúde tomou a frente, a Yara só foi autora, não foi organizadora. Então, na verdade, essas pessoas por fora da estrutura formal foram aquelas que se envolveram para, de certa forma, nos ajudar na qualificação do programa orçamentário do projeto social esportivo e do projeto científico tecnológico. Nós tivemos depois uma iniciativa de nos aproximarmos do professor Laércio Elias Pereira, buscamos trazê-lo como um consultor PNUD visando a realização aqui de uma primeira conferência de informação documentação esportiva, que se realizou em 2016. Fomos juntos, eu e ele, a Pequim em um Congresso Mundial de Informação e Documentação Esportiva, promovido por uma entidade internacional chamada IASI⁵⁰, que o Laércio representava no Brasil, e talvez um outro momento poderemos detalhar, essa aproximação dele como consultor acabou não se configurando, mas a realização do primeiro Congresso Brasileiro acontece. E o que é interessante para reforçar a necessidade de afastar esse grupo das instâncias de decisão do Ministério o mais rápido possível para evitar enfrentamentos com esse setor conservador. Isso pode ser notado que eu fui exonerado no dia dezenove de abril depois de ter participado de toda a construção da segunda conferência nacional de esporte, discutindo a temática, participando, enfim, de todo o processo.

R.L. – Temática de construção do sistema nacional.

L.C. – “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” foi a temática da segunda conferência. E foi fundamental a nossa saída antes, inclusive da segunda conferência e desse primeiro congresso, eu já, aconteceu logo depois de eu ter saído, e a conferência foi em maio eu saí em abril. Poderiam perfeitamente dizer: “Olha, fica até o fim disso, fecha um ciclo e vai”. Só que nós intercederíamos nesses eventos de uma forma a não contemplar os interesses de quem estava à frente do Ministério, nesse processo de aproximação com esse setor conservador. Uma outra questão que precisa ser dita. Nós ganhamos o braço de ferro com o Ministro quando não abrimos mão do projeto social

⁵⁰ Associação Internacional para a Informação Desportiva.

esportivo “Esporte e Lazer da Cidade” na configuração do Plano Plurianual, mas perdemos no cotidiano porque ele tinha caneta na mão e com essa caneta ele praticamente sufocou a execução do projeto. Para você ter uma ideia o governo federal trabalha muito sobre a lógica de contingenciamentos. Ele aprova o orçamento que veio do congresso, mas é um orçamento que não tem caráter normativo, ele é só consultivo. Ele não libera, o executivo não tem obrigação de executar. E aí o que que o executivo faz, ele contingencia. Então ele diz: “Olha, você tem mil comigo aí, mas eu só vou liberar duzentos para você hoje”. E no momento que ele age assim e libera duzentos para o Ministério do Esporte, ele entrega os duzentos diretamente ao ministro. E o Ministro tem a prerrogativa de distribuir os duzentos na forma que melhor entender. Então dá para dizer sem sombra de dúvida que 70% ia para o Esporte Educacional, 20 a 25% ia para o Brasil Olímpico, Brasil Alto Rendimento e cinco a menos de 10% ia para o Esporte e Lazer da Cidade. Isso foi uma crônica.

R.L. – 70% para o Segundo Tempo.

L.C. – 70% Segundo Tempo. Desculpe. Temos. Temos.

J.S. – Nós fizemos um gráfico.

R.L. – Nove para um. Na política social era nove para um.

L.C. – Assim. Isso fez com que nós tivéssemos que buscar outras estratégias. Uma estratégia que passou muito pelo trabalho do Roberto era buscar nos parlamentares a liberação de suas emendas parlamentares. Eles queriam... Tinham emendas para a construção de quadras, reformas de quadras. E nós buscávamos associar os recursos dessas reformas ou construção com a vitalização programática desses espaços, equipamentos. Nós construímos esse modelo. Um modelo arquitetônico sobre a forma de multiuso e de módulos.

R.L. – É a cultura da quadra esportiva, do ginásio com equipamento ligado a política de esporte e lazer.

J.S. – Contratamos um arquiteto.

L.C. – Isso. Por um edital aberto. Eu com o edital nacional, ele se qualificou, participou e ele acabou construindo esse modelo que você vai estar recebendo aí também. Nós passamos isso para a Caixa Econômica Federal... Porque a partir do momento que o recurso está liberado na emenda, quem passa administrar o uso do recurso, para construção, para reforma, é a Caixa Econômica.

R.L. – Lino, cabe uma observação que a cultura das emendas ligadas a área de esporte e lazer, naquilo que se vincula a recursos de capital para construções, reformas, o orçamento era na casa de bilhões. E para custeio era aquilo que a gente buscava ampliar o diálogo com os mandados populares, sentido de fomentar a política social.

L.C. – A execução da política.

R.L. – Era na casa de dezenas de milhões. Então eram desproporcionais essas cifras dada essa cultura da construção do equipamento distanciado de uma política social. E o sentido estratégico e a nossa convicção na apresentação do Programa Esporte e Lazer da Cidade era esse. Não é possível entregar uma escola sem que haja professores. Sem que haja um processo de formação continuada. Então não é possível ter um equipamento esportivo sem que tenham trabalhadores, agentes sociais de esporte e lazer, trabalhadores ligados ao esporte, ao lazer, sem que houvesse um processo de formação continuada e também fazia do nosso programa essa formação continuada. E sem que houvesse uma política fomentada pelo governo federal em articulação com os entes municipais. Então esse era o salto qualitativo que a gente apresentava quando articulava diálogos com mandatos populares na apresentação de emendas do nosso programa.

J.S. – Pega a elaboração, Lino, pode pegar a elaboração do projeto, nós atendíamos municípios menores.

L.C. – Cinco mil habitantes...

J.S. – Está na origem do Programa. Então isso dificultava muito também porque qual é o nível de interesse se o Ministro tinha a caneta? Qual é o nível de interesse dele? Uma outra coisa, questão política, política partidária, quantas vezes, Lino, nós tínhamos programas seríssimos que a gente queria atender o município de cinco mil habitantes que estava precisando do nosso programa, independente se ele fosse, se ele era do PT, seja PMBD⁵¹ e tudo mais. Então a gente tinha, por exemplo, isso aqui, Ipatinga⁵² é um caso clássico que era referência, esse programa aqui foi a referência fazia parte do nosso material de publicidade. Houve uma eleição e o PT perdeu para o PMDB. De repente quem é referência deixa de ser, você acha justo isso? E a gente comprou essa briga com aquele deputado o “Louro José”⁵³, porque a coisa é muito complicada. Então são as pessoas pedindo para ficar, entendeu? Tem senhoras aqui, tem curso de artesanato. Uma coisa linda, maravilhosa, deixa de ser maravilhoso à medida que o governo era outro.

L.C. – Nós fomos criticados porque demos sequência ao convênio, renovamos o convênio com a cidade, com o município, mesmo quando o município passou a ter a sua frente, do governo municipal, representantes de um partido de oposição ao nosso. Tivemos resistência interna na secretaria, que não admitia esse tipo de concepção política. Na cabeça dessas pessoas nós deveríamos sustar os recursos, matar o projeto dessa cidade a partir do momento que o PT não mais estivesse a frente, deixasse de estar na frente do município. Nós bancamos a continuidade, tivemos desgaste político, isso também está na base das divergências internas, que é de concepção de política, do que é fazer política. Nós estamos vivendo, hoje, situações muito complicadas na política brasileira, mas não podemos negar que uma determinada concepção pequena de política, concepção de um entendimento que confundia politicagem com política, também estava presente em representantes do nosso setorial dentro da secretaria. Falo aqui do representante do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Pará, como pessoas que tinham muito dessa concepção de “para os amigos tudo, para os inimigos nada”. E nós tínhamos, o projeto social esportivo tinha uma lógica de priorizar o atendimento em regiões de vulnerabilidade social,

⁵¹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

⁵² Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Ipatinga, Minas Gerais.

⁵³ Nome sujeito a confirmação.

populações em risco. E nós tivemos o nosso projeto, por exemplo, em Niterói⁵⁴, o terceiro IDH⁵⁵ do país. Por uma questão de decisão política de setores que defendiam o projeto lá, porque a administração do PT precisava do projeto lá para conseguir angariar um determinado apoio. Meu papel era defender uma lógica conceitual do projeto, do programa, mas naquele momento, pelas circunstâncias conjunturais presentes, acabei cedendo, acabamos cedendo e permitindo que o projeto chegasse a Niterói. Não é que Niterói não tivesse regiões de vulnerabilidade, porque as desigualdades também estão presentes nas regiões mais desenvolvidas, mas havia outras regiões muito mais carentes, necessitadas da nossa presença do que Niterói. Então essas questões de concepção de política, forma de fazer política, pensar política também esteve na base de alguns ruídos internos, na secretaria, que levou vira e mexe a nós discutirmos as questões nossas no setorial, nunca sendo derrotado o setorial, até que no último momento, mesmo sem sermos derrotados, somos colocados para fora...

J.S – Engraçado também que sob o ponto de vista política, o fazer política, o efeito de um programa, desse programa que você está aqui dizendo, e Niterói, sobre o ponto de vista político, ele é muito pequeno para o tamanho de Niterói. Esse mesmo programa para uma cidade de cinco mil, de dez mil, de cinquenta mil pessoas, tem um efeito político fabuloso.

L.C. – Sim, porque envolve a cidade toda.

J.S. – Envolve a cidade toda. Eu me lembro que tinha uma cidade, aquela lá de São Paulo.

R.L. – Rio Grande da Serra.

J.S. – Que você tinha uma..., quase todo mundo da cidade fazia parte do programa de uma forma direta ou indiretamente. Entendeu? E o prefeito se reelegia, se reelege sim, mas aí sob o ponto de vista de voto, não estou do falando da moeda política, o voto. Em cima do trabalho, o efeito disso.

⁵⁴ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Niterói, Rio de Janeiro.

L.C. – Nós temos passagens, o Roberto pode te contar uma, nessa disputa por recursos, buscar fontes alternativas para manter o projeto funcionando dada a dificuldade de contar com recursos do próprio ministério, pela forma de divisão dos recursos que o Ministro estabeleceu, no sentido de retirar oxigênio de nós, nós conseguimos, nós quando eu digo falo do coletivo, mas foi uma ação direta do Roberto. Recurso bastante interessante em uma ... Conta isso.

R.L. – Junto à Comissão.

L.C. – Comissão de Esporte e Cultura da Câmara Federal.

R.L. – Já na condição de turismo e desporto. Já na Comissão de Turismo e Desporto, fez algumas gestões em nome da secretaria no sentido de fortalecer orçamentariamente o nosso programa, porque o orçamento final publicado pela Presidência da República, ele é o orçamento, a premissa básica oriunda dos ordenadores de despesa, das secretarias finalistas e do próprio Ministério ao qual elas estão inseridas, mas também agregadas por essa dimensão das emendas parlamentares. Então os parlamentares apresentam emendas, mas as comissões temáticas do parlamento também fazem e buscando a superação dessa pequena política, que é a política do cargo, a política do espaço, a política do orçamento carimbado a partir de interesses apequenados de uma política social, sem negligenciar o concreto dessa política quente. A gente fez gestões junto à direção dessa comissão que tinha como um dos protagonistas, hoje prefeito da cidade de Uberlândia⁵⁶, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores Gilmar Machado⁵⁷.

J.S. – Ele é prefeito agora?

R.L. – Prefeito de Uberlândia. E conseguimos, naquele momento, uma emenda que suplementava o nosso orçamento em dez milhões de reais. Que para nós orçamento era

⁵⁵ Índice de Desenvolvimento Humano.

⁵⁶ Município de Minas Gerais.

⁵⁷ Gilmar Alves Machado.

bastante expressivo, e preponderantemente era um orçamento vinculado ao custeio, ou seja, a contratação de trabalhadores ainda que ...

L.C. – Construção dos lucros. Fazer os lucros, desenho dos lucros.

J.S. – É. A formação e a defesa que a gente fazia era formação descentralizada, com as universidades federais de cada uma das nossas regiões do país. Se o trabalho é desenvolvido, sem nenhum bairrismo, mas se a política é desenvolvida no estado do Rio Grande do Sul, para nós era muito caro que a UFRGS⁵⁸ entrasse, que a Federal de Pelotas entrasse, que Rio Grande entrasse, enfim.

J.S. – Porque levar alguém de Pernambuco, se o Rio Grande do Sul pode fazer isso?

R.L. – Sem nenhum regionalismo apequenado, mas entendendo o fortalecimento dessa dimensão da intervenção e do conhecimento articulados num programa, articulados numa política que inspirava, que nos inspirava, que nos orientava dentro desse aspecto da auto política. E para nossa surpresa, ainda na gestão do ministro Agnelo Queiroz, representante na época do Partido Comunista do Brasil, ele entendeu que aquela ação não traduzia a expectativa do seu gabinete. E em uma reunião com o Presidente da comissão desfez o que a comissão havia...

L.C. – Nós festejamos um dia e amanhecemos com o orçamento alterado.

R.L. – Encaminhou esse orçamento para uma rubrica de desenvolvimento de esporte de base vinculado à Secretaria Nacional de Alto Rendimento. O que se distanciava no método e na prática e no objetivo, no sentido estratégico, a nossa defesa da descentralização da política, da afirmação de um direito garantido na Constituição, que é o direito ao lazer.

J.S. – E foi mérito do Lião que conseguiu isso porque era muito triste, porque o ministro, foi falar abertamente. Se o ministro ele tem o dom da caneta de dizer para onde vai o

⁵⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

orçamento dele, dele não, do Ministério, o Liáo consegue isso, isso é extra campo. Foi um movimento. Não é dinheiro de Ministério. Ele conseguiu. Mérito do Liáo que buscou isso junto a Câmara dos Deputados.

R.L. – Mas é bom frisar Zé, que a minha tarefa era essa. Mas representava esse coletivo ...

J.S. – Sim, eu estou falando na... Você foi buscar um recurso que era indispensável para o nosso programa e o Ministro vem e diz: “Não. Eu não quero. Eu sou Ministro, não quero que vá para esse lugar. Eu quero que vá para tal lugar.” Entendeu? Imagina né. É muito triste isso. Isso muito revoltante.

L.C. – Então Chris, episódios como esse, isso era rotina. Nós tínhamos uma respeitabilidade dentro do ministério como pessoas que tinham história no campo do esporte e do lazer. Sempre fomos respeitados, eu respeito muito, hoje, o deputado federal Orlando, ele sempre nos respeitou. Outros quadros: Ricardo Leyser nos respeitava, o Júlio que também é do PC do B, não o Filgueiras o outro que era aqui de Brasília.

R.L. – Julio Cesar⁵⁹. Posteriormente vem ser o secretário de Esporte e Lazer do Estado do Amazonas.

L.C. – Pessoal do Amazonas adora ele.

R.L. – Hoje é assessor de um senador que foi governador do estado.

L.C. – É. Nós, por exemplo, tivemos um papel importante na construção do Documento de Política Nacional do Esporte, aprovado em 2005, por essa nossa capacidade de escrever, sistematizar textos, de por no papel determinadas compreensões de esporte dentro de uma lógica de ordenamento societário, eles tinham essa dificuldade lá. Nós tivemos em um certo momento em contato com uma pessoa do setor de comunicações, convidado pelo ministro, que não demorou muito tempo, percebeu nosso movimento e passou a reconhecer

⁵⁹ Nome sujeito a confirmação.

em nós referência de conversa, referência de construção de trabalho. Você vai receber um vídeo de dez minutos, você trouxe Zezão trouxe ou não? Aqui. Um vídeo de dez minutos... Não esse vídeo que você tem. Um vídeo institucional, você disse que já tinha. Esse vídeo saiu por conta do trabalho desse assessor de comunicação do Ministro já.

R.L. – Jaime Sawtchuc⁶⁰.

L.C. – Por que? Porque nós, aquela altura do campeonato não tínhamos um vídeo institucional, o Segundo Tempo já tinha há muito tempo e o ministro não liberava recurso para o nosso vídeo. Íamos ter um evento em Salvador⁶¹, o Jaime nos procurou pedindo material para levar para lá e nós dissemos que não tínhamos o vídeo, ele viabilizou em dez dias o vídeo. Aquilo que você viu, tem uma versão de treze minutos e uma de dez, não sei qual você tem.

C.M. – Só de dez.

L.C. – De dez. Ele que viabilizou e depois rompeu com o Ministro mais a frente, já não mais Ministro eu acho, talvez já mais aqui na saída, porque percebeu o quanto aquele Ministério estava sendo utilizado muito mais voltado aos interesses do Ministro para a sua carreira política do que propriamente voltado para uma lógica de política institucional de esporte e lazer. Quer dizer, o Ministro queria o assessor de comunicação para o Ministro e não para o Ministério. As coisas funcionavam mais ou menos assim. Uma outra situação já mencionada aqui, nós temos um livro que eu fiz questão de organizar em 2007, pela Autores Associados⁶² sobre o Projeto Social Esporte e Lazer e a formação dos agentes sociais esportivos, retratando experiências de vários lugares, Brasília, Ipatinga que foi a Luciana Marcassa⁶³ e o Wilson Lino⁶⁴ de lá também.

C.M. – Mato Grosso.

⁶⁰ Nome sujeito a confirmação.

⁶¹ Município da Bahia.

⁶² Editora Autores Associados.

⁶³ Luciana Pedroso Marcassa.

⁶⁴ Wilson Lino de Sousa.

L.C. – Isso é... Mato Grosso foram dezenove municípios em uma ação entabulada com o Deputado Federal Carlos Augusto Abicalil.

R.L. – Fora presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Educação.

L.C. – E era Presidente da Comissão de Educação. Isso. Da educação e desporto da Câmara. Então essas experiências estão lá e você vai encontrar também *power points* aí que mostram exatamente a lógica da formação. Não havia nenhuma lógica de contemplar os mesmos formadores, as mesmas pessoas de qualquer lugar do Brasil e nem estabelecer os nomes a partir de laços de amizade ou de aproximação política, mas não necessariamente de domínio do conteúdo para assumir o papel de formador, nós levamos isso em conta. Obviamente não vou trazer inimigo para fazer parte da minha equipe. Eu quero amigos, pessoas de confiança, mas acima de tudo que tivessem competência para o trabalho sendo contratado. Isso prevaleceu. A partir de um certo momento essa lógica deixou de ser priorizada, digamos assim. O consórcio de Brasília, os formadores de Brasília foram sendo colocados em segundo plano pela aproximação que tinham comigo depois da minha saída. Somente um continua até hoje envolvido com a formação que é o Tatu⁶⁵ por iniciativa própria. Ele está lá hoje por nome dele, não em nome de coletivo, não em nome de ninguém.

R.L. – É bom enfatizar que nessa experiência com o consórcio de Brasília, a formação ficou a cargo da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, com seus quadros aqueles identificados conceitualmente, politicamente com o que representava o Programa Esporte e Lazer da Cidade e a partir daí um conjunto de formadores foi convocado para que pudesse dar conta dessas tarefas então. A gente primava sempre pela institucionalização dessas relações e os vínculos da Rede CEDES eram o ponto de partida daqueles quadros que seriam os formadores nas regiões. Então para além do CPF⁶⁶, o CGC⁶⁷ era determinante. A institucionalidade em uma

⁶⁵ Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo.

⁶⁶ Cadastro de Pessoa Física.

⁶⁷ Cadastro Geral de Contribuintes.

universidade pública federal para nós era de extrema relevância nesse desenho, nessa configuração, nessa articulação das instituições que gerariam a memória do programa, posto que a partir dos seus estudos, a partir das suas tarefas institucionais, tinham também a responsabilidade de relatórios que descrevessem, academicamente, essas suas ações e aí o conjunto de publicações, que nós esperamos que estejam nos acervos, nos arquivos do Ministério do Esporte, nós pessoalmente temos um conjunto desses artigos, desses livros que foram publicados, aqui na Universidade de Brasília. Todo acervo está disponível que traduzia a trajetória dessa formação, não com estudos, como o professor Lino anunciou anteriormente, não com estudos que fossem vinculados ao interesse do pesquisador, mas estudos que eram provocados na nossa concepção do estado indutor, não simplesmente um estado que contempla e lida com aquilo já existente, mas inverte polaridades, inverte prioridades e constitui a sua marca distintiva na construção de um projeto popular democrático, que era o nosso projeto desenhado no nosso Plano Plurianual. Não aleatoriamente e não retoricamente denominado “Brasil: um País de Todos”. Para que seja um país de todos seria necessário que a gente trouxesse para ordem do dia uma política de esporte e lazer que não jogasse mais vento no moinho daquelas frações de classe que historicamente foram beneficiadas pelo Estado. Que já conheciam todos os corredores, salas, dispositivos para poder amealhar recursos públicos do estado brasileiro. Mas a nossa tarefa histórica era fazer com que aqueles que jamais tiveram vez ou voz tivessem, conhecessem as salas do Ministério do Esporte, em especial da nossa Secretaria Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Não porque tão somente vinculados a nossa concepção política ou partidária. A gente nunca se escondeu atrás disso, a gente sempre manifestou claramente “Nós somos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, nós entendemos a correlações de força já estabelecida no parlamento brasileiro que dá sustentação de 2003 a 2006 ao Presidente Lula, mas entendemos a necessidade da universalização da política”, daí o diálogo ser mais ampliado, ser georreferenciado para as cinco regiões do nosso país. Daí a construção do consórcio organizado no Mato Grosso, que ficou devidamente registrado nesse livro que o professor Lino assinala. Daí ficar desenhada a nossa intervenção no consórcio Brasília, também é um conjunto de entidades populares que historicamente desenvolveu políticas de esporte e lazer, mas como no ditado popular “A Deus dará”, sem qualquer vínculo de relação orgânica institucional com Estado com o poder público. E também uma estrutura, uma história que inspirou essa experiência

concreta de Mato Grosso e aqui do Distrito Federal que foi o consórcio intermunicipal do ABC⁶⁸, um conjunto de prefeituras que tinham, muitas vezes, limites geográficos e sociais muito tênues onde uma rua dividia um município do outro, só que as populações elas estavam vinculadas e eram permeadas para o mesmo rio que passava, por uma mesma realidade social e econômica. Então essa relação no consórcio intermunicipal do ABC...

J.S. – A ideia do consórcio foi genial.

R.L. – Ela deu esse desenho conceitual da experiência de Mato Grosso e da nossa experiência concreta aqui no Distrito Federal.

L.C. – E isso é importante frisar, Chris, para deixar claro que nós não inventamos a moda. Nós, sem falsa modéstia, podemos assumir o mérito de sistematizar e organizar experiências que vinham sendo realizadas pelo campo popular democrático, nas administrações municipais até estaduais já há um certo tempo, pelos debates do mundo acadêmico dentro do nosso campo, pelos eventos que CBCE organizava, pelos eventos que a FBAPFE⁶⁹ em 1989 pela primeira vez trouxe para dentro de um congresso acadêmico a discussão de políticas públicas de esporte no ano das eleições de 1989, mas ainda no primeiro semestre. Então o nosso trabalho foi reconhecer, respeitar a experiência, respeitar não é reproduzi-la automática e mecanicamente, mas é estabelecer novas sínteses dela, organizando, sistematizando com a experiência de 2003, com acúmulo gerado até então e dando vida a ela. Você vai encontrar nesse material que nós estamos disponibilizando uma lógica de formação que tinha como eixo central a ideia da construção da cidadania esportiva. E a pergunta que estava presente era a seguinte: para se chegar uma cidadania esportiva eu preciso ter uma autonomia esportiva? Autonomia esportiva passa por relações de poder, mas passa pela apreensão de um determinado patamar de conhecimento esportivo. Vamos estabelecer uma lógica de formação dos agentes sociais de esporte e lazer que permitam a ele apropriação desse conhecimento a partir da realidade da comunidade onde o projeto vai estar vinculado. Então uma cidade que vai ter um Esporte e Lazer cercada por rios e tem o rio como um lugar de alimentação, de produção material da

⁶⁸ Região do estado de São Paulo.

vida, de sobrevivência da pesca é fundamental que as pessoas saibam nadar. O que de conhecimento do saber nadar precisaria estar presente lá? Não é o nado crawl, como estilo esse, estilo aquele, que se dane o estilo. Mas é algo que a própria comunidade diga: “Óh, para nadar, entrar na água, nesse rio, com essas características, eu preciso fazer desse jeito. É isso que nós vão ter que aprender.” Uma formação que respeitasse essa cultura local. Nós entramos em rota de colisão com CONFEF, o agente social não tinha registro, não tinha diploma de curso superior...

R.L. – E olha que nenhum de nós negligencia formação acadêmica, visto que todos nós temos formação acadêmica no mínimo inicial na área.

L.C. – Mas queríamos aquele líder comunitário que tinha respeitabilidade da comunidade. Introduzimos no Esporte e Lazer da Cidade foi abandonado tão logo nós saímos de lá, que era um conceito de intergeracionalidade da ação do projeto. Quer dizer, nós... O Governo FHC⁷⁰ tinha um projeto para terceira idade, um projeto para criança, um projeto para jovem adultos e um projeto para pessoas com deficiência ou necessidades especiais que era o nome que se dava na época. Nós vinculamos tudo isso dentro de um único projeto social. Isso contrariou os interesses do ministro, porque antes ele tinha quatro ou cinco palanques para inaugurar quatro ou cinco projetos. Na nossa estruturação ele teria um palanque só que ele inaugurava um projeto e pegava todo esse povão, agora nós não tínhamos desenvolvido metodologias de trabalho de natureza intergeracional. Na nossa formação até hoje nós temos uma disciplina que vai cuidar da terceira idade, uma outra que vai cuidar da criança, outra que vai cuidar do jovem, outra do adulto, como se nos vivêssemos isolados uma geração da outra. Nós desenvolvemos essa lógica, isso foi abandonada a partir da saída. Foi abandonada um pouco antes de saiu, recebo no meu gabinete uma pessoa, uma indutora do ministro, representante do Ministro com a seguinte proposta para nós: ele estava destinado a assinar a liberação de vinte milhões de reais para o Esporte e Lazer da Cidade com o seguinte compromisso da nossa secretaria, que desses vinte milhões, doze fossem usados aqui em Brasília voltados para a terceira idade, e os outros oito poderia utilizar no lugar que eu bem entendesse, no lugar que nós bem entendêssemos dentro do

⁶⁹ Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física.

esporte e lazer. Ele era candidato ao Senado é que na época ele queria ser candidato ao governo, depois ele percebeu que não tinha espaço para ser candidato ao governo, foi para o Senado, foi muito bem votado por outras circunstâncias e acabou sendo governador quatro anos depois. Eu dei risada, não respondi, disse que ia, obviamente já tinha resposta, mas deixei claro que iria conversar com meus assessores, com minha equipe. A primeira providência da pessoa que entrou no meu lugar foi executar esse projeto. O Vida Saudável, nome do projeto que está agora, não sei na época, Vida Ativa alguma coisa assim, passou acontecer meio que de imediato. Não sei se os vinte milhões foram liberados, não sei quanto foi executado, eu não... Isso foi o que me foi oferecido para dar conta desse acordo, eu disse declinei porque não entendo isso republicano, não estou lá para atender interesses particulares de um político, que por circunstâncias era ministro, não era esse o meu papel. Isso também prevaleceu na nossa saída, mas não resta a menor dúvida essas relações internas do partido, essa falta de ética política ou falta de ética não, essa compreensão de ética que permite ações como aquelas levadas em feito por dentro do setorial, foram as que melhor expressam o motivo da nossa saída. E que foi muito bem recebido, como já falei, porque isso facilitou aproximação do conselho com o ministério, do ministério com o conselho. O Orlando quando construindo a candidatura dele conseguiu levar o presidente do CREF São Paulo, um conservador histórico, para dentro do Partido Comunista do Brasil. É, levou. Flavio Delmanto que chegou a pedir ao Ministro a minha exoneração porque em um evento em São Paulo, segundo ele, eu tinha dito que o número de associados do CONFEF não representava o número de profissionais da área. O Ministro encaminhou a mim um documento pedindo que eu me explicasse, eu juntei os artigos meus, os artigos do Alfredo Gomes de Farias Júnior onde que nós dizíamos com todas as letras que o número de professores crescia geometricamente, profissionais crescia geometricamente, e o número de registrados crescia aritmeticamente. Então proporcionalmente, a representação do Conselho diminuía, façam o número que se registrava nele e os números que vinham sendo formados pelos cursos superiores estão presentes. E que isso era facilmente comprovado, isso foi engavetado, arquivado, mas essa pessoa vai para o PC do B, o que facilita. Na segunda conferência aprovado, por exemplo, nós trabalharmos o conceito de lazer ampliado. Todas as manifestações culturais faziam

⁷⁰ Fernando Henrique Cardoso.

parte, fazem parte, penso eu até hoje, do Esporte e Lazer da Cidade. Foi aprovado dentro do conselho a redução de conceito de lazer para lazer esportivo. Só aquele que lidasse com interesse sociocultural de natureza física, esportiva é que passou a ser priorizado nas ações do ministério. O nosso distanciamento facilitou a esse setor conservador a construção dessas lógicas, mas se você pegar o documento de política nacional de esporte e lazer você vai encontrar um conceito de promoção de saúde, um conceito ampliado de saúde que está presente, hoje, no setores avançados do Ministério da Saúde, que também não é hegemônico, que também tem muitas internas e por aí a fora. Então nós tivemos esse protagonismo pelo tempo. Protagonismo, esse que faz com que até hoje sejamos respeitados por pessoas dignas do ministério que ainda estão lá e aqueles que já saíram eles saíram mantendo conosco relações de respeito mútuo bastante grande. Você vai encontrar nessa documentação como toda essa lógica da formação dessa autonomia esportiva. E que pesava mal no campo conservador porque a medida que eu parto do pressuposto que o cidadão pode ter um patamar de conhecimento esportivo, que permita que ele jogue com o filho, com amigo, sem precisar do *personal trainer* ao lado dele, ou do técnico esportivo ao lado dele, ele estaria depondo contra a lógica da profissão, própria por aí a fora. Questões como essa nós tivemos que enfrentar e o acordo estabelecido com quem nos substituiu já me encheu o saco com isso. Que fique quieto. Primeiro ato dessa pessoa foi se registrar no Conselho Federal de Educação Física.

R.L. – Nossa trajetória de vínculo com essa área de conhecimento, com a Educação Física, nosso entendimento é que não nos garantia prerrogativas especiais na difusão desse fazer desportivo, reconhecíamos, como continuamos a reconhecer esses agentes sociais de esporte e lazer como trabalhadores com condições de desenvolverem trabalhos em seus locais de moradia, de seus locais de existência, na sua trajetória de vida, mas não abrimos mão de um processo de formação continuada, para que essa experiência concreta de vida fosse mediada pelo o que de mais avançado tem a área de conhecimento. Daí a importância estratégica dessa articulação dos núcleos de esporte e lazer articulados em um processo de formação continuada preponderantemente com as universidades vinculados aquela região.

J.S. – É muito interessante quando você, quando a gente fazia visitas, cada caso é um caso. Cada lugar é um lugar diferente. Eu me lembro no Nordeste tinha um camarada que ele

comprou, tinha uma ação que você comprava equipamentos. Ele comprou uma televisão, eu tenho uma ideia vaga. Ele comprou e ele alugava, na época, vídeos e filmes e botava para passar filmes, tem até um filme que passa isso, nas praças. Então o grande lance do camarada, nosso programa, era o nosso programa.

L.C. – E a ideia era fazer um debate sobre o filme depois...

J.S. – É, é. E cada lugar era um lugar. Eu não sei se é desse vídeo ou foi um depoimento de alguém que eu vi, de uma mulher dizendo que tinha artesanato também, que tinha toda essa parte de senhoras, que faziam renda e tudo isso era um caldeirão maravilhoso. E ela diz que era o primeiro dinheiro que ela teve dela, dela, dela, que ela ganhou aquele dinheiro na venda de um bordado. Porque até então, uma mulher da minha idade mais ou menos, dizendo que ela todo dinheiro que passou na mão dela veio do marido, do filho que bancou. Era o primeiro dinheiro dela, dela.

L.C. – Era experiências assim nós temos. Cada um de nós tem muita história para contar. Eu lembro emblemático que fui para Xapuri no Acre que era terra de Chico Mendes⁷¹, foi também uma experiência bastante forte na implementação desse programa. Você vai receber de nós, Chris, olha, o Roberto já tinha aqui cartazes [silêncio]. Isso aqui também, um outro folderzinho que eu não sei se você já teve acesso. Esse era o slogan “O lazer vai tomar conta da sua cidade. Sua cidade vai tomar conta do lazer.” É, esse jogo de palavras simbolizava muito. É isso que esta coisa aqui.

C.M. – Lino, mas porque o *da* cidade?

L.C. – É nessa lógica da apropriação do lazer pela cidade, esporte e lazer dela, cidade, ela toma conta, ela vai dizer o que vai acontecer no núcleo, não é. Não somos nós de Brasília que vamos dizer: “aqui vai ter voleibol, lá vai ter isso, lá vai ter...” Não, nós temos uma matriz teórica, o desenho conceitual do projeto, e a partir daí a comunidade, a cidade, que vai dar conta de estabelecer a sua própria lógica a partir da experiência local, da cultura

⁷¹ Francisco Alves Mendes Filho.

local, daquilo que nos distintos setores sociais, as distintas gerações estabelecerem como importante que exista na cidade. Daí a ideia do “da cidade”, esporte e lazer *da* cidade, e não *na*, o *na* é uma coisa que eu carrego e deposito lá, o *da* não, nasce lá, tem a sua gênese na própria cidade, daí a nossa, a nossa insistência em abreviar esse nome, não é, PELC, por que é PELC? PELC não é nada, Esporte e Lazer da Cidade traz em si um significado para nós de extrema importância, muito caro, muito caro para nós. Você vai encontrar aqui as ações programáticas do Esporte e Lazer da Cidade.

R.L. – Só falar como os planos por unidades são organizados né, com programas, com ações, que traduzem cada uma dessas possibilidades do protagonismo do estado.

L.C. – Certo. Esse aqui do esporte e lazer, e vocês vão encontrar aqui também da Rede CEDES tá. Isso é uma coisa a mais para controle dos gestores, para chegar à população. Nós tínhamos esse cartaz, eu vou te passar por *email* varias sugestões de cartazes, de camisetas e outros materiais de divulgação que acabaram não se viabilizando em nossa época por conta da dinâmica interna que eu lhe narrei. Eu te passando aqui, eu não sei qual dos dois, os dois são iguais, mas talvez um seja retribuição, possa ter algum problema e coisa e tal, que é toda uma apresentação no *Power point* que a gente faz, os estudos realizados antes, para alcançar as cidades com vulnerabilidade social, população em risco, para definir aonde nós iremos trabalhar prioritariamente, faziam um projeto alcançar. Nós queríamos trabalhar na perspectiva da universalização da política, mas a escassez de recursos nos fazia trabalhar concretamente em regiões estabelecidas, por tanto, com algo que apareceu, que poderia aparecer a outros olhos, uma aproximação consciente de uma lógica de focalização da política, não era a nossa intenção. Mas um dado muito, muito, muito material, muito objetivo da política pública, da política quente, como o Lião gosta de dizer, eram os limites orçamentários, então aqui você tem isso, se você tiver dificuldades, eu trabalhei muito aqui com a lógica de *hiperlinks*. Se você tiver dificuldade lá, qualquer hora a gente senta e eu mostro como é que puxava lá, em que momento puxa um, de onde eu puxo tá. Isso aqui...

J.S. – Lino, só um pouquinho, o nome disso aqui é um trabalho que eu mesmo fiz, que é mais ou menos isso aquele primeiro estudo⁷². Lembra disso?

L.C. – Lembro disso, isso.

J.S. – Porque aqui explica tudo direitinho assim.

L.C. – Inclusive aqui tem um mapa dos municípios que a gente tinha atendido.

J. S. – Tem onde a gente estava atuando. Aqui tem, tem uma desses que tem. Porque tem um que é o vídeo, que tem abertura do Agnelo falando.

L. C. – Correto, ela tem esse dos dez minutos, que eu também falo nele e que depois a única coisa que quem entrou fez foi tirar os minutos que eu falo no vídeo, e ficar com o vídeo sem a minha presença. Esse é um quadro que eu sigo sempre atualizando.

J. S. – Esse aqui é o projeto arquitetônico⁷³.

L.C. – Isso. Esse é o modelo arquitetônico aprovado, ele era modulado, eu podia construir em tempos de quatro anos da administração do meu município, eu podia construir um módulo por ano, você entende? Dentro do que cabia no meu orçamento, e ao final de uma administração toda, eu teria todo o aparato para ação já estabelecido lá. Isso passou a ser distribuído e trabalhado pela Caixa Econômica, como modelo a ser executado...

J.S. – Eles ficaram maravilhados, eu fui na reunião representando o Lino, eles ficaram apaixonados pelo projeto.

L.C. – Eu não sei hoje como está isso, que fim deu...

⁷² Professor mostra um documento impresso.

⁷³ O professor mostra outro documento.

J.S. – Foi de parar trânsito assim, de chegar e parou essa engenharia da Caixa quando eu mostrei e tal, tal, tal. Ficou todo mundo olhando, quem é esse cara, era aquele arquiteto, que tinha um doutorado ou um mestrado na Inglaterra, ele é especialista em construções de ginásios...

L.C. – Esse arquiteto, Zezão...

J. S. – É de São Paulo, você se encontrou com ele.

L.C. – Esse arquiteto ele ganhou o outro edital da CBF⁷⁴, com relação a Copa do Mundo. Iniciamos de maneira arquitetônica também, o nome dele vai estar aí dentro do vídeo, eu não sei, não me lembro mais. Essa é a experiência em Ipatinga, né, esse é um trabalho que o Zezão já põe em ação seu veio artístico.

R.L. – Era artesanal.

J.S. – Porque isso antes de ter o vídeo que era muito complicado pra gente. O Lino viajava, precisava mostrar alguma coisa, então a gente improvisava fazendo uma... Não tinha material para mostrar. Eu me lembro que isso aqui ó, essas fotos, eu fui, com o fotógrafo em Ceilândia⁷⁵, isso aqui era a Escola do ensino especial. Eu fui com o fotógrafo, era assim, era tudo feito na...

L.C. – Nós temos que fazer de dois limões limonada, sabe, porque é o que sobrava. Isso aqui é outro exemplinho de um folderzinho...

J.S. – Lino, isso aqui eu estou passando para você, tá⁷⁶.

L.C. – Sim.

⁷⁴ Confederação Brasileira de Futebol.

⁷⁵ Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal.

⁷⁶ Professor entrega um livro.

J.S. – Porque isso aqui, isso aqui também. Esse é o livro, eu vou deixar com você porque não tem sentido ficar comigo.

L.C. – Isso é um exemplo de uma emenda parlamentar, né. Que a gente desenvolvia para dar conta de liberação de recurso das emendas. Para quem não conhece a lógica de planejamento governamental, pode entender ou poderia entender que o nosso programa era o mais rico de todos. E por que essa impressão surgia? Por que todas as emendas parlamentares estavam enquadradas dentro do nosso programa, então, nós tínhamos que explicar que nós não tínhamos autonomia no trato daquelas emendas, você entende? Boa parte delas não era liberada, as que eram, não necessariamente dialogavam conosco, não é. Então o trabalho era um trabalho de formiguinha, tabulado pelo Zezão, que extrapolava o papel dele de chefia de gabinete, do Roberto que se punha uma venda, uma venda nele, ele andava dentro dos corredores do congresso sem precisar de guia, e por ai a fora.

C.M. – Esse material é de que ano?

L.C. – 2004, 2005.

J.S. – É por aí.

R.L. – Porque a execução do nosso PPA...

J.S. – Porque já está dizendo aonde nós estamos. E eu fiz uma relação do dinheiro. Então quantos núcleos, tem a Rede CEDES e em cada lugar desse aqui...

L.C. – Eu tenho isso em *Power Point*, que você clica nessas figurinhas, aparecerem o próprio negócio.

C.M. – Nesse CD⁷⁷ aqui?

⁷⁷ Compact Disk.

L.C. – Se não está aqui, eu passo por e-mail, eu te passo por e-mail, eu tenho isso nos meus e-mails eletrônicos.

C. M. – Porque a primeira proposta foram dez cidades.

L.C. – Sim, no trabalho piloto. No trabalho piloto para ver como é que a coisa ia acontecer, com recursos ainda nem de orçamento, do orçamento antigo ainda, do Governo FHC. O valor utilizado era tão pouco que isso impactou negativamente o Ministro, porque o Ministro trabalha com a lógica de que quanto mais dinheiro gasto, melhor é o projeto. E nós mostramos que podemos fazer muito com pouco. Mas tinha que ter alguma coisa, é que na verdade ele tirou tudo que pode, né. É, mas nós tínhamos algum, eu tenho isso, eletronicamente, eu te passo isso, tudo que eu tenho lá, eu tenho uma pasta, vou te passar.

J.S. – E você tem, por exemplo, da relação... Porque o projeto ele era amarrado, não tem como você fugir, não tem como você fazer um programa diferente do que está escrito, não tem como sobre o ponto de vista legal isso não existe. No Segundo Tempo tinha, por quê? Porque você, eu sei de escolas aqui de Brasília, que você passava aqui no Segundo Tempo, passava aqui e dizia: “Viu um camarada com criança com um timezinho de futebol?” Tem sempre um senhor cuidando a criança, né? O cara tira dinheiro do bolso dele para cuidar daquilo. Ai o que que acontecia? Chegava o pessoal do Segundo Tempo e dizia assim: “O senhor paga com dinheiro do seu bolso. Não, então nós estamos com um programa, nós temos um programa que o senhor vai ter uma grana, vai ter um dinheiro para contratar monitores, vai ter uma grana pra compra de material e pá, pá, pá. Eu só preciso que esses meninos estejam vinculados a alguma escola”. Então preparava um documento simples do Segundo Tempo, e estou falando de pessoas aqui de Brasília que trabalharam, que trabalham com isso. Preenchiam uma ficha, autorizada e logo executava, era mais um núcleo do Segundo Tempo. E com isso você colocava na razão aí, de 90%, de nove a um.

L.C. – Eu tive problemas com o Ministro, porque ele trazia números, um milhão e meio de jovem de criança no esporte, no Segundo Tempo. “Ministro, primeiro esse número é fantasioso, porque não daria tempo de chegar a esse número. E segundo, um milhão e meio de pessoas na dimensão do Brasil também não é nada para se configurar como política

pública”. E ele queria números altos porque era isso que impactava, isso que a mídia buscava, essas coisas todas. Tive problemas com ele nisso, porque eu não aceitava esses números trazidos aleatoriamente. Tivemos uma experiência de construção por insistência do Orlando e do Leyser de reuniões de planejamento estratégico. No primeiro dia de planejamento o Ministro aparece, senta conosco, ao lado dos técnicos da Fundação Getúlio Vargas contratados para trabalhar no planejamento estratégico, em uma intervenção do Ministro ele defende que pela primeira vez na história do Brasil teria política pública de esporte. E eu falava: “Não é bem assim, não é bem assim, acho que isso não é bem verdade.” E por mim tinha morrido aí, devolvo a palavra para os técnicos, os que estavam coordenando o planejamento. Ele atrás de mim, eu falei: “Não, não Agnelo agora é minha hora, vamos seguir com o trabalho”. E ele disse: “Não, pô fala”. Ele desafiou, eu fiquei vinte minutos falando, fui buscar no Getúlio⁷⁸, trouxe para cá, tal, tal, tal. Isso resultou que da parte da tarde ele não apareceu mais, não apareceu no dia seguinte, o planejamento morreu naquela manhã, naquela manhã.

J.S. – Naquele planejamento lá.

L.C. – Isso, isso, isso.

J.S. – Você está falando em números, aqui tem por exemplo, quinze estados atendidos, quatrocentos e setenta e um núcleos, duzentos e trinta e três mil setecentos e oitenta pessoas atendidas, isso foi um estudo que eu fiz.

L.C. – Sim.

J.S. – Porque você pega, isso são dados em cima de planilhas de execução.

L.C. – Sim.

⁷⁸ Se referindo ao governo de do Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

J.S. – Tá. E quando você aperta no ícone da Bahia, aí dá tudo isso aqui, o que corresponde a Bahia neste contexto aqui de pessoas atendidas, empregos diretos, tal, tal, tal.

L.C. – Então nos tínhamos esse controle de tudo, sabíamos o que acontecia.

J.S. – Tudo amarrado.

L.C. – A dificuldade nossa era fazer um processo de avaliação local, não tínhamos recursos para ir em todos os locais, não é. Íamos em alguns quando convidados, porque não havia, como não há na lógica de governo federal o acompanhamento de todos os projetos, com recursos de governo federal. Como eu estava dizendo a você, eles escolhem randomicamente, sorteiam municípios a serem visitados, pegam os programas federais nesses municípios e aí passam um pente fino nesse projeto, foi desse jeito que chegaram em...

C. M. – Ji-Paraná⁷⁹.

L.C. – Ji-Paraná, identificaram problemas na execução do Projeto Esporte e Lazer lá, notificam o Ministério do Esporte, o Ministro nos notificou, nós mandamos dois técnicos, o Marcelo Russo e o Veronez acho que foi com ele.

J.S. – Paulão.

L.C. – O Paulão foi que foi com ele próprio, lembraram bem. Eles produziram lá o documento né, constatando as irregularidades, eu fiz uma síntese disso e encaminhei. Porque na verdade havia suspeita do Ministério, o que eles queriam saber é se havia alguma cumplicidade entre técnicos do Ministério com o que estava acontecendo em Ji-Paraná. O que se constatou é que não, que o problema era local, que a falcaturia havia sido construída pelo coordenador lá, e nós não tínhamos como acompanhar.

⁷⁹ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Ji-Paraná, Rondônia.

J.S. – O acompanhamento que o técnico que fazia, que fazia o projeto básico, determinado, não é, ele ficava de uma certa forma... Era só uma referência, de você disse assim: “Como está aquele projeto de Ji-Paraná?” O que está acontecendo lá, então...

L.C. – Mas ele não tinha capacidade, recursos, para estar lá.

R.L. – Presencial, presencial. Tem os relatórios, e todo...

L.C. – Tem o fato, um fato emblemático. Nós chegamos lá e começamos a ver prestações de contas, aí notamos uma das fotos de uma das prestações de contas um cachorrinho lindo, simpático, desses vira-lata pousando em foto no município, todo mundo riu do cachorrinho. Aí pegamos uma outra prestação de contas, de um outro município, onde o mesmo cachorrinho estava lá. Ai já não rimos mais né, e percebemos: “Olha, a gente recebe papel, ou confia no papel, ou não confia no papel”. Nós não fazemos prestações de contas financeiras, esse é outro setor, que tinha um atraso histórico de anos.

J.S. – Naquela sala...

L.C. – Sim, era uma loucura. Nós fazemos... Veja, a prestação de conta quando chega a nós, nós fazemos uma avaliação técnica, mas na verdade, muito raramente, tínhamos ido ao local, presenciar essa execução, não tínhamos recurso pra isso. Então tínhamos que confiar no documento que chegava. E as vezes tínhamos pessoas que eram da região e tal, que nos reforçavam, ou não, os dados presentes na prestação de contas. É...

J.S. – Estou me lembrando agora, que tinha um comitê, era o controle social.

R.L. – Era o controle social.

L.C. – Sim, veja, nos tínhamos no convênio, um item que para que o convênio fosse assinado o município tinha, o município ou o terceiro setor conveniado, tinha que apresentar um conselho que preste conta, um conselho social, que desse conta do acompanhamento de fiscalização. Mas nós não sabíamos, não tínhamos como conferir

como esse conselho tinha sido criado, quem eram aquelas pessoas, e soubemos depois que muitos era chapa branca, conselhos construídos em uma mesa como esta, para atender o requisito do convenio. Não tínhamos mecanismos, como acho eu, não continuamos tendo, continuamos não tendo, para dar conta desse acompanhamento, dessa fiscalização. O processo de avaliação, de políticas públicas no esporte, continua sendo não processual, nós queríamos encomendar uma pesquisa que desse conta de avaliação processual de projetos de esporte e lazer, ou seja, que eu tivesse a capacidade que durante a execução percebendo erros, desvios, eu pudesse corrigir e colocarmos no rumo certo. Do jeito que é até hoje, você só recebe a prestação de contas ao final, se detectou equivoco, o máximo que você pode fazer é não renovar o convênio, mas o já feito está feito, o dinheiro gasto lá atrás morreu.

J.S. – Ou não feito [risos].

L.C. – Morreu, morreu. Então essa é a intenção, e não tivemos tempo hábil pra viabilizar.

J.S. – Outra forma que se encontrou, essa questão desse comitê, como é que é o nome?

L.C. – Conselho. Conselho social.

J.S. – Controle social. Minimamente você o que consta, inclusive no programa de base.

L.C. – Tem que estar, senão...

J.S. – Aí olha só, tem o conselho da prefeitura de sei lá, de Bodinho, no Piauí. Aí tem lá, tem um item dizendo: “Conselho elaborado por fulano, fulano, fulano, assim, assim, assim...” Existe formalmente no processo, a existência desse conselho.

L.C. – Isso, o conselho existe de fato. Mas era figurativo.

J.S. – Agora a eficácia desse.

L.C. – Nós não tínhamos como controlar...

R.L. – Uma das nossas intenções manifesta nessa tese do controle social, é uma questão que também é muito cara para nós, que é a socialização da política. Da apropriação dos ritos administrativos, da construção da política social não ficasse vinculado aos técnicos, mas que pudesse ser, como nossos amigos lá do Rio Grande gostam de brincar “espraiada para varias fontes”, dentro de princípios, diretrizes que orientassem aquela política social, naquela que a gente debate agora em especial, Esporte e Lazer da Cidade, mas que outras forças não necessariamente vinculadas historicamente ao esporte, a Educação Física, ao lazer, também pudessem se apropriar, pudessem sentar conosco as mesas...

J.S. – Dai o nome Esporte e Lazer da cidade, como fala “da cidade”, a cidade como um todo, não é só quem está diretamente trabalhando.

R.L. – O sujeito da política, o protagonista da política, vinculado em outras dimensões da vida.

L.C. – Uma outra dimensão do projeto social, foi aquela relação com a saúde. Eu estou te passando aqui, esse material, que o Zezão sinalizou, que era um pouco do que nos queríamos desenvolver com o Ministério da Saúde.

J.S. – Se nós pudéssemos fazíamos um livro.

L.C. – E é interessante que as maiores dificuldades que nós encontramos, lembrei o nome do Ministro, se fez presente nos dois Ministros que os dois eram médicos: o Ministro da Saúde era Humberto Costa⁸⁰, médico de Pernambuco, hoje senador da República e o Ministro do Esporte era o médico Agnelo. A visão que eles tinham da relação da atividade física com saúde, era aquela que nós a anos queremos superar.

R.L. – Subalternização.

⁸⁰ Humberto Sergio Costa Lima.

L.C. – E que isso aqui superava. Então a gente avançava aqui, com secretário executivo dele, que era o Gastão e a equipe dele, a Yara coordenando a nossa presença e nós lá, e toda vez que isso era apresentado aos ministros nós tínhamos dificuldades por que eles não entendiam isso e pior, como eram médicos achavam que sabiam mais que nós sobre isso. Então, a gente fazia força para manter os ministros presentes nessas reuniões [risos]. Por que eles atrapalhavam... Mas por outro lado se o Ministro não comprar a ideia, ou não comprasse a ideia, os recursos não eram liberados e a coisa não andaria. Então isso faz parte dessa experiência, esse é um documento do Ministério da Saúde que de certa forma nos orientou também, algo trazido pela equipe deles, que sentou com a nossa. Eu vou te passar número de portaria, tem uma portaria interministerial citando as pessoas que representavam tal Ministério, o outro Ministério. E a referência de um artigo que a Yara e eu escrevemos que de certa forma descreve essa experiência e que também morreu, e que também morreu com o passar do tempo, desconheço o todo.

J.S. – Lino, só para descontrair um pouquinho, você sabe a diferença do advogado para o médico? O advogado pode mudar pra juiz hoje. O advogado e médico sabe qual é a diferença?

L.C. – Não.

J.S. – Que um acha que é Deus, o outro tem certeza que é [risos].

L.C. – Pensa que é Deus né, isso foi uma dificuldade e tanto. Dentro do programa orçamentário, deixando de lado um pouco o projeto social e esportivo, e trabalhando com o projeto científico e tecnológico, nós desenvolvemos, tivemos protagonismo... Quando eu digo nós, secretaria, SNDEL, que nos chamávamos de SNDEL, de conveniar com o IBGE, uma pesquisa sobre esporte na pesquisa nacional de domicílios que eles faziam anualmente, então, está aqui o trabalho deles, esse é o questionário, eles fizeram o edital pra chamar os que iriam recolher os dados dos municípios no Brasil todo. Todos os municípios brasileiros da época, eram cinco mil quinhentos e sessenta municípios e que depois também eles deram um documento a mais para nós, que foi o mapeamento dos

estados. Isso se tornou, está aqui ó, isso está em disquete. É, foi utilizado, eu utilizei em pesquisas, alguns orientandos meus se basearam nas informações, isso foi conveniado em 2003, assinado em 2004, foi para campo em 2005, a pesquisa em 2005 e os dados foram liberados em 2006, veja a dificuldade. A ideia era todo ano ter um suplemento de esporte e lazer, como ficou chamado aqui, suplemento esporte e lazer. Isso morreu nessa experiência. Nunca mais foi renovado, isso nos custou um milhão e quatrocentos mil reais, que em uma lógica ministerial é dinheiro pra cafezinho. Isso morreu. Eu estava com o Orlando, estava no Piauí, estava no Piauí, em uma ação no Piauí, quando ouço dentro de um carro pela rádio, que o Ministro tinha ido a apresentação do suplemento do esporte e lazer no Rio de Janeiro na sede do IBGE⁸¹. E não nos avisou, foi ele, nem o Orlando sabia, o Orlando estava em Brasília. Ele foi sem contar para ninguém que foi, para ter, angariar os louros, do trabalho. Então isso aqui fica com você. É, bem, o que é esse verdinho, aí?

J.S. – Esse?

L.C. – Não, esse, esse CD verdinho.

J.S. – É da mesma cor, não sei se...

L.C. – Eu não sei não se esse aqui...

R.L. – Porque tem um que é o PowerPoint e tem o outro que são os DVDs.

L.C. – Esse é o DVD, esse verdinho é o DVD.

J.S. – Ficou no nosso acervo pessoal. Você tem esse aqui?

L.C. – Tenho, tenho, tenho, tenho. E eu tenho, que eu vou passar para você, nós construímos um caderno desses só pra Rede CEDES tá. O detalhamento da Rede CEDES com ajuda do Apolonio.

⁸¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

C.M. – Sim. Isso aqui eu estou deixando porquê...

J.S. – É porque ele é bem...

C.M. – Então professores, é, eu queria ainda falar das dez cidades e da formação. Vocês querem dar uma pausa, ou...

L.C. – Vamos embora. Eu não quero pausa não. Eu estou aquecendo

C.M. – Podemos ir?

J.S. – [risos]

C.M. – Então...

J.S. – Ele que quis brigar hoje com... [risos]

R.L. – Golpe nem antes, nem agora.

L.C. – Não sei não.

C.M. – Por que foram escolhidas essas dez cidades para o piloto?

L.C. – O número de dez foi aleatório, não houve nenhum estudo técnico, nenhuma grande elucubração.

J.S. – Mas era para atender as regiões.

L.C. – Era para atender... Sim, tudo bem.

R.L. – Se houve um critério foi esse, dois por cada região.

J.S. – Dois por região é.

L.C. – Correto. É, levamos em conta, aleatório eu acho que falei besteira, porque teve essa lógica né, atender as regiões, dois por regiões, norte, sul, leste, oeste, centro-oeste. Levamos em conta a ideia da vulnerabilidade, baixa renda, situação de risco, mas aí que entra Niterói, por exemplo, que quebra a lógica por uma disputa política, por uma pessoa que tinha interesse pessoal, da política local, carioca lá do Rio de Janeiro.

J.S. – Você que eu recebi uma denúncia, né?

L.C. – Eu também recebi.

J.S. – Um documento, um dossiê, que eu passei para a secretária. Passei para a secretária, que quando você saiu, você e o Liáo, vocês pediram pra que eu ficasse para fazer o rito de passagem.

L.C. – Fazer o rito de passagem.

J.S. – E eu fiquei, foi quando eu recebi de uma senhora, lá que coordenava, um dossiê, eu falei pra você isso.

L.C. – Eu tenho isso, eu tenho cópia disso comigo.

J.S. – Eu peguei isso, isso eu não falei, bom, comecei com você e passei para a secretária.

L.C. – Só que não era de Niterói.

J.S. – Para a secretaria

L.C. – É, só que não era de Niterói.

J.S. – E eu entreguei.

L.C. – Era de um outro convênio fechado lá com o morro não sei das quantas, lá não sei de cor, não é, onde a denuncia fazia menção a desvio de recursos.

J.S. – Aí ó, coisa muito pesada.

L.C.– É, eu sei que isso chegou ao final, Zezão encaminhou para quem estava entrando, não sabemos dizer que fim deu isso. Imagino que foi guardado em algum lugar. Eu não lembro o nome das dez cidades. Você tem eles aí?

C.M. – Eu, pensei em passar uma por uma pra vocês poderem falar se vocês lembram quem estava envolvido, ou se tem alguma particularidade de cada uma delas.

L.C. – Tá, eu vou ter dificuldade, mas vamos lá.

C.M. – Xapuri⁸².

L.C. – Xapuri no Acre, eu fui lá, esse eu tenho, isso nós tivemos uma, mais a frente... Quer dizer, Xapuri é uma cidade do Acre, emblemática por conta de Chico Mendes, por conta a época a nossa Ministra do Meio Ambiente, a Marina⁸³, uma região que atendia, nos preceitos que nós havíamos estabelecidos como premissas da presença do projeto. Uma região de alta vulnerabilidade social, sem nenhuma presença de políticas esportivas recreativas, esporte recreativo, esporte de participação, que nome você queira dar. Eu fui lá implementar o projeto, fiz contato com o coordenador local do projeto, que depois nos deu problemas, porque se apropriou privadamente da ação pública, foi candidato a vereador depois. Ou seja, o sucesso aquinhado com a execução do projeto fez com que ele se sentisse em condições de ir pra disputa eleitoral. O vídeo institucional trás algumas cenas lá de Xapuri, no Acre, por ser, aí foi uma questão de estratégica de marketing, uma palavra que eu não gosto, mas enfim. O efeito publicitário de uma cidade emblemática. Durante o período que eu fiquei lá, me lembro que isso foi renovado, o projeto continuo e não sei

⁸² Município do Acre.

depois disso o que aconteceu com o ele. De fim nós não tínhamos material, as camisas que eu te passei que o Roberto havia guardado, nós tivemos que trabalhar uma que não fazia se quer menção ao Esporte e Lazer da Cidade, você vai ver, eu não sei se no vídeo aparece só o Ministério do Esporte, que não tínhamos ainda confeccionado uma que fizesse alusão especificamente ao Esporte e Lazer da Cidade...

J.S.– Demorou muito para aquela agência entrar, que era do Valério.

R.L. – Do Marcos Valério⁸⁴.

L.C. – Sim, sim, sim. Essa funcionava em convênio com o Ministério do Esporte. Nós pegamos aquela, veja, essa agência e também se valeu muito de um programa que era do Ministério da Justiça, Pintando a Liberdade, então, eles confeccionavam bolas e camisetas e ganhavam com isso a cada dia trabalhado tinha redução de três dias da pena, patati, patatá. Penso eu que essas camisas que nós usamos lá em Xapuri, tem a ver com essa lógica. Foi estabelecido a dinâmica de formação com eles, tudo isso funcionou. Me lembro de uma renovação, mas não sei dizer mais nada que aconteceu depois que nós saímos de lá.

C.M. – Esses dez pilotos eles começam em 2003?

L.C. – Não, tudo em... 2003 não existia o Esporte e Lazer da Cidade, existia o último ano do PPA do Fernando Henrique Cardoso, o nosso planejamento anual, o nosso PPA, plano plurianual, ele foi construído em 2003 e começa a ser executado em 2004 e vai funcionando até 2007, que é o primeiro ano do segundo mandato do Lula. Foi o Lula, mas poderia ser o PSDB⁸⁵ de novo, eles teriam que trabalhar com esse plano nosso. O PPA do segundo, da segunda gestão Lula, ele é construído em 2007, passa a ser executado a partir de 2008 e vai até 2011, primeiro ano do primeiro mandato Dilma⁸⁶ e assim sucessivamente.

⁸³ Marina Osmarina Marina Silva Vaz de Lima.

⁸⁴ Marcos Valério Fernandes de Souza.

⁸⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

C.M. – Eu pergunto por que a gente achou uma reportagem no site do Ministério, já citando essas dez cidades em 2003, bem no finalzinho, mas...

L.C. – Eu acho que foi... Então, o que aconteceu em 2003, foi o plano piloto, na verdade aí já não foi a execução do projeto, foi muito mais um estudo piloto para ver como que funcionaria isso. Esse estudo piloto foi pensado em 2003. Eu penso que a execução não sei, não consigo me lembrar se a execução se deu já em 2003, se temos dados de execução 2003 ou início de 2004. Eu confesso que eu não lembro.

C.M. – As cidades que a gente procurou, todas que a gente conseguiu contato até agora falaram 2004. Essa dúvida é por conta dessa reportagem.

L.C. – Não. Você pode ter certeza disso, o projeto piloto é pensado em 2003, eu e o Veronez fomos em uma reunião com o Ministro, onde o pessoal do Segundo Tempo apresentou o que iria fazer com o Segundo Tempo, uma construção do PPA. E nós na construção do PPA, quando falamos do Esporte e Lazer, apresentamos esse modelo conceitual e a ideia desse projeto piloto. Isso foi de fato em 2003. Penso eu que a execução se deu a partir de 2004, é, não tínhamos pernas para executar isso em 2003. E tínhamos que obedecer... Embora a lógica piloto, estava aberta a possibilidade gerencial pra isso, não havia ilegalidade nisso. Mas eu confesso pra você, que eu posso até pegar a minha agenda, eu tenho uma agenda, daquela época, até a época de papel ainda, pra ver se eu recupero isso tá. Mas eu acho que é 2004 sim.

C.M. – E quanto tempo durou esses dez primeiros?

L.C. – Eu acho que ele teve uma viabilidade de execução de seis meses a um ano. Não, também não posso precisar agora, não tenho como precisar agora, não me preparei pra isso aqui agora, isso foi em 2003, 2004, tem trezes, doze anos isso, doze a treze anos, eu de cabeça não sei. Posso ver se eu tenho dados disso nos meus arquivos, talvez eu até tenha, se tiver eu lhe passo.

⁸⁶ Dilma Vana Rousseff.

C.M. – E Ji-Paraná?

L.C. – Ji-Paraná a mesma coisa, o que nós fizemos naquele momento é que para cada um desses municípios, nós elegemos algumas pessoas para trabalhar diretamente. Então Ji-Paraná pode ter sido o Marcelo Russo e o Paulão, que depois foram fazer aquela visita técnica por conta da denuncia lá da Controladoria Geral da União, CGU. É...

J.S. – Foram as duas da região norte, né?

C.M. – Isso.

L.C. – É.

C.M. – Na verdade tem Castanhal⁸⁷ também.

J.S. – É verdade.

L.C. – Castanhal é do Pará, uma pressão da representante do setorial. E, mas não sei dizer se Castanhal... É Castanhal, no Pará, foi mais uma, uma das facetas de uma indicação política que nós entendemos por bem, implementar, levar a diante para não criar mais dificuldades internas ainda, porque nós passamos os quatro anos de gestão sob fogo amigo, os que ficaram de fora não se sujeitaram, não aceitaram ficar fora, queria estar lá dentro. E não tinha lugar pra todo mundo, e tentaram a todo custo nos desestabilizar, então, quando a gente podia minimamente não criar mais áreas de atrito do que as já existentes internamente, a gente... Niterói foi um bom exemplo disso, Castanhal também foi nessa direção. Não lembro, não tenho dado da execução disso, não tenho. Não tenho na minha memória.

J.S. – No Nordeste, me parece ter só uma.

⁸⁷ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Castanhal, Pará.

C.M. – Caetés⁸⁸ e Imperatriz⁸⁹.

L.C. – Imperatriz eu cheguei a ir, mas eu fui em outro momento, eu não fui na execução, eu fui já no momento de colheita dos trabalhos realizados lá pela implementação do núcleo lá. Funcionou direito, eu lembro muito bem, eu lembro inclusive que o prefeito de Imperatriz ele tinha sido do Diretório Central do Estudantes da UFMA, a Universidade Federal do Maranhão... Quando eu trabalhava no Maranhão, quando eu trabalhava na Universidade Federal do Maranhão... E aí fui muito bem recebido e eu não lembrava dele da época que eu estava na UFMA, coincidência dele ser o prefeito. Todo satisfeito, todo orgulhoso pelo impacto do projeto na cidade. Mas eu não tive acesso, por exemplo, a avaliação, aos documentos, de apresentação de contas. Porque na verdade, assim, o que acontece? Quando esses documentos chegam de prestação de contas e pedido de renovação, para renovar, isso é encaminhado em primeiro momento por nós, pela chefia do gabinete, diretamente para a diretoria do projeto social. O diretor encaminha para a coordenadora, que encaminha para os técnicos, aí escolhe lá, elege os técnicos que vão dar conta de analisar aquele documento. Depois de analisado volta para o secretário com parecer, o chefe de gabinete faz o pente fino e o secretário assina e tem guardado, na mesa dele, na gaveta, um pijama, eu gosto de um Camparizinho, um Campari, se eu for preso meu nome está lá. Se eu tivesse que ler tudo que chegasse na minha mesa, eu estaria lá até agora fazendo isso, então por isso a importância de pessoas de confiança no seu gabinete, na sua assessoria. Então isso passava pelo crivo do Zezão, eu não lia as prestações de contas, quando ele percebia alguma coisa que destoava, aí ele vinha conversar comigo.

J.S. – Olha, normalmente assim, porque o parecer, quem dava o parecer, era o diretor...

L.C. – Que era o diretor.

J.S. – Diretor. Então ele dava um parecer, eu analisava e passava para ele. Além da verdade, era uma recomendação, ali diz renova ou não renova.

⁸⁸ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Caetés, Pernambuco.

L.C. – Na verdade o diretor, ele também poderia ir pra cadeia, também deveria ter o pijama porque quem construiu o parecer, em ultima instância são os técnicos. Normalmente aqueles que construíram o convênio, entende, quem constrói o convênio é chamado ao final, para analisar o que aconteceu naquele convênio, ele emite um parecer e o diretor pode, tem toda a prerrogativa de alterar o parecer, ou não, dentro do departamento dele.

J.S. – Foi o que aconteceu com Ipatinga.

L.C. – Sim.

J.S. – Que era referência que tu estás falando, era referência, o diretor tinha um problema sério, quase que nós saímos no braço.

L.C. – Lembro, lembro.

J.S.– Porque ele queria porque queria, ele dar o parecer contrário.

L.C. – Por quê? Porque mudou a prefeitura, a prefeitura saiu da mão do PT, foi para do PMDB. Ele tinha um deputado federal, do PT, que é inimigo mortal do prefeito que tinha tomado posse, e esse deputado não queria que o prefeito recebesse o recurso do governo federal.

J.S. – Eles criaram uma, associação não, uma...

L.C. – Mas era uma coisa feita nas coxas sabe, uma coisa feita a toque de caixa pra tirar o dinheiro da prefeitura.

⁸⁹ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Imperatriz, Maranhão.

J.S. – Uma entidade, eles criaram uma entidade para tirar da prefeitura, que esse vídeo, o vídeo, ele era a peça publicitária da agência. Quer mostrar um lugar deu certo o programa, é Ipatinga.

L.C. – E eu fui a Ipatinga com esse prefeito, do PMDB. Ele estava boquiaberto, porque não é comum esse tipo de ação nossa, ação comum é não receber mais dinheiro e acessória da base. Na ocasião, na verdade a base nacional o PMDB estava com o PT.

J.S. – Mas lá ele fazia oposição.

L.C. – Mas lá em Ipatinga ele era oposição. Agora, a execução do convênio foi tão boa, foi tão tranquila, foi tão respeitosa, tão qualificada, que não havia motivos técnicos para não renovar. E o parecer que veio do departamento, foi para não renovação, e já veio por baixo do pano com a ideia de pegar esse recurso e encaminhar pra essa entidade que aquele deputado estava criando.

J.S. – Estava criando, uma espécie de consórcio, não era bem um consórcio.

L.C. – E nós, eu, o Zezão, chegou a mim e eu endosseí a posição do Zezão.

J.S. – Você lembra de ter um café da manhã na câmara com a bancada do PT.

L.C. – Lembro, lembro. Nós tínhamos, que fazer...

J.S. – Um cara me chamou num canto, um deputado, ele me deu uma prensa, cobrou, ele era pequenininho, e o Lião chamava ele de “Louro José”, por conta daquele personagem da televisão. E ele me deu uma carcada mesmo, ele queria, porque queria tal, tal, tal, eu falei, disse pra ele: “Primeiro que eu sou do PT também e a gente tem como hábito o seguinte, ali já era uma reunião de petistas, não era o deputado Lino, ali eu sou o companheiro.” Mas para não criar problema, eu tratei como deputado, e eu disse para ele que o meu parecer estava dado e ele falou que ia mudar. Ai me lembro que você ficou olhando, que eu estava lá, o Lino estava em uma mesa com os deputados, e eu e o Lião e a turma da outra mesa, ai

ele veio falar comigo e foi lá conversar. Aí veio o Lião ele começou a conversar comigo e ele disse que concordava e assinava embaixo [risos], entendeu?

L.C. – Não, eu não ia, esse tipo de política, essa concepção, o maior problema que nós tivemos foi exatamente sob esta lógica de política pequena, política rasteira, de politicagem, eu não endossava esse tipo de ação, não é, eu pensava dentro de uma lógica republicana, eu pensava nas pessoas do município que estavam envolvidas com aquilo, o prefeito passa.

J.S. – E quando você chega num lugar, eu fui lá, não sei o que do Oeste, do lado daquele, o Caju⁹⁰, Caju era o deputado negro.

L.C. – Eu lembro muito bem.

J.S. – Que era cortador de cana que virou, que virou prefeito.

L.C. – Município de cinco mil habitantes.

J.S. – Te lembra dessa história?

L.C. – Lembro.

C.M. – Onde?

J.S. – O cara lá, em São Paulo, região de cana, ele era cortador de cana e tal, tal, tal. Mas uma figura, ele é uma figura.

L.C. – Tinha dificuldade de preencher, de fazer projeto, quantas vezes nós fomos participar juntos.

⁹⁰ Nome sujeito a confirmação.

J.S. – Eu cheguei para o Lino e falei assim: “Ele quer sentar para discutir onde ia sair, para onde ia o dinheiro.” Aí eu cheguei, ele conversou comigo, eu não conhecia ele, o prefeito, aí eu digo: “Vou conversar com Lino, nosso Secretário”, porque não tinha mais dinheiro para tudo, aí cheguei para o Lino e falei para o Lino: “Tem um cara, um prefeito assim, assim, assim...” E tinha um outro camarada também, que era um sargento da BM⁹¹, que era parte também daquela região, aí o Lino falou assim: “Zezão, você chorou demais, eu vou liberar pra você dois núcleos, quarenta mil reais, cada um”.

L.C. – Isso é uma coisa interessante Chris, veja, esses projetos pilotos tiveram importância na seguinte direção: nós tínhamos que saber, tínhamos que estabelecer, de uma forma mais objetiva, concreta, de quanto dinheiro cada núcleo precisaria ter de fato para poder funcionar.

J.S. – Era quarenta mil né, era quarenta mil um núcleo.

L.C. – Sim, mas isso nós não tínhamos, esse núcleo, não sabíamos do núcleo. Não sabíamos quantas pessoas deveriam compor o núcleo, um coordenador, quantos agentes, não tínhamos essa ideia enquanto núcleo. E quem teve um papel muito importante no desenho conceitual do núcleo, no sentido de montar o funcionamento...

J.S. – E depois tem aqui.

L.C. – Como é que o grupo funciona? Quantas pessoas atuam dentro de um grupo? E do núcleo, quanto ganha o coordenador, quanto ganha esse, quanto ganha aquele fulano de tal. Foi o Douglas. Douglas Ferrari é o nome dele, Douglas Ferrari, que é uma pessoa de São Paulo, que tinha esse domínio técnico muito grande, não tinha militância política, sempre foi próximo ao PT, simpático ao PT, mas não tinha militância política. E foi um desgaste também para mim, porque eu tive que defendê-lo junto ao setorial de São Paulo para que ele entrasse na secretaria com o aval do setorial de São Paulo. E o setorial de São Paulo

⁹¹ Brigada Militar.

queria indicar outras pessoas, o próprio Ferrarezi⁹²; Ferrarezi hoje ele é presidente da Câmara Municipal de São Bernardo⁹³.

J.S. – É?

L.C. – É, grande responsabilidade. Ele queria ser ele lá dentro, o Oswaldo Terra⁹⁴ já faleceu, muito boa gente, era um nome que perfeitamente poderia dar, mas por questões até familiares, ele já estava doente, não se colocou, deixamos claro o primeiro nome era do Oswaldo. Ele abdicou, ele tinha competência técnica, tinha história, tinha legitimidade.

R.L. – Tinha sido dirigente das ações populares do ABC.

L.C. – Tinha, tinha, sim. Mas ele não estava disponível para vir. Um outro nome, era um nome próximo, que era próximo, acho que não é mais, o Dantas⁹⁵, lembra do Dantas? E eu banquei o nome do Douglas e não era só eu bancar, eu tinha que tentar fazer com que São Paulo dissesse que era representante dele. Conseguimos, embora...

J.S. – Sempre sobra alguma coisa.

L.C. – Embora, no último setorial São Paulo votou conosco, estava querendo votar com o pessoal que estava chegando, que estava querendo nos tirar.

R.L. – O pessoal não tinha ingressado no Ministério com a Ana Paula⁹⁶.

L.C. – Quem? O Douglas, o Douglas entra no Ministério justamente pelo alto rendimento, que a Paula que trabalhou com ele em São Paulo, no Centro Olímpico do Ibirapuera, aquela coisa toda, trouxe ele para trabalhar na equipe dele. No momento que a Paula sai, que a Paula fica dois, três meses e não suporta mais aqueles relacionamentos, as puxadas

⁹² José Luis Ferrarezi.

⁹³ Município de São Paulo.

⁹⁴ Nome sujeito a confirmação

⁹⁵ Nome sujeito a confirmação.

⁹⁶ Nome sujeito a confirmação.

de tapete do Ministro e sai brigada ali e jogando tudo na mídia. Ela tinha, a mídia chegava nela rapidinho, em mim não chegava, mas nela... Ai o Douglas fica meio solto lá e a gente começa a aproveitar, chega o momento que começam a querer o lugar dele no alto rendimento, nós tínhamos que abrir o lugar dele na nossa secretaria, senão ele ia embora. Falei: “Poxa, uma cara que tem feito alguma coisa”.

J.S. – Fizemos uma troca com aquele menino que é advogado, o... Nós trocamos.

L.C. – Eu lembro... Aí trocamos, mandamos um para lá e puxamos ele para cá. Então na configuração no estudo desse projeto piloto, o que nos saímos, não é, quer dizer, quando a coisa funciona. Mas assim, nós não sabíamos exatamente como montar a estrutura do núcleo, e ele nos ajudou a formular essa lógica.

J.S. – Fez até uma equação de para quantas pessoas...

L.C. – Sim, sim, isso.

J.S. – Mas voltando ao assunto, o que aconteceu? Ele, o Lino liberou dois núcleos, um para cada cidade, cidadezinhas pequenas. O resultado, eu chamei os dois para conversar e falei: “Olha, tem que arranjar alguém pra sentar com nosso técnico para fazer o projeto base.” Só que eles não sabiam, nenhuma dos dois, não sabiam nem que que era o projeto básico. Mas o Caju muito esperto, o outro desistiu, o Caju muito esperto, ligou e mandou lá para um rapazinho que tinha noção de alguma coisa, no outro dia o rapaz estava lá. Aí eu cheguei para o Lino e falei: “Lino olha, vou precisar só de um, porque o outro desistiu.” Ele falou: “Não, Zezão, fica com os dois então para o Caju”. Esse cara, vocês imaginam, o cara cortador de cana, negro, prefeito de uma cidade cercada de proprietários de terra. É um caso assim, fora do comum, ele tinha uma bicicleta, ele fez uma campanha toda com uma bicicleta que tinha um sonzinho, ele tinha duas amantes, dizem que ele tinha duas mulheres, e as mulheres eram cabo eleitoral do cara [risos]. Pô, resultado, nós fizemos o projeto com ele, acho que foi o Paulão que sentou e fez o projeto, esse cara se reelegeu, o cara virou, eu acho que a cidade dele, que todo mundo, quase a cidade inteira faz parte do projeto de uma forma direta, ou indireta por conta do tamanho, e eram dois núcleos.

L.C. – Isso são cidade que não tinham cinema, não tinha o que fazer. Cidades que os homens iam para os botequins, para as mesinhas de sinuca e as mulheres ficavam em casa, e os homens chegavam bêbados depois. Essa lógica você vai encontrar aí no Magnani⁹⁷, vai encontrar no pessoal que discute a Festa do Pedaco⁹⁸, se lembra?

C.M. – Sim.

L.C. – A ideia do lazer masculino, feminino, e tudo mais. São os caras que quando aparecem com isso, tem nesse vídeo que você assistiu, um relato do pessoal do Rio Grande do Sul que ficou muito bonito, esse de você ficar emocionado, tem uma menina do Rio também, que eu não sei, acho que até de Niterói essa menina. Que ela chega a ficar com os olhos lacrimejantes de ver o envolvimento da garotada, então era coisa que tinha apelo, tinha um apelo, todo mundo que conheceu o projeto não entedia porque o Esporte e Lazer da Cidade não era um projeto *mater*, o principal, prioritário do Ministério do Esporte.

J.S. – Que era a cara do nosso governo.

L.C. – A resposta era essa, é um projeto construído pelo grupo do PT e não do PC do B.

R.L. – Ei Lino, aqueles que querem desqualificar, a trajetória e as elaborações acadêmicas, ditas acadêmicas, vêm com essa tese, da imaterialidade daquilo que é redigido, que abre-se aspas “sempre muito teórico”, só que esse coletivo que se reuniu nesse momento histórico, nessa quadra da história, tem como ponto de partida e como ponto de chegada, a realidade.

L.C. – Sim

R.L. – Então essas teorias, elas iluminavam e eram iluminadas pela realidade, daí o acolhimento desses militantes, nestes locais de trabalho, que eram aqueles que desenvolviam como agente sociais, como gestores, gestores intermediários, dirigentes, ao

⁹⁷ José Guilherme Cantor Magnani.

verem, ao constatarem na prática, a materialização de questões que estavam, desde a muito anunciadas, posto que, sínteses de outras experiências relevantes, nos seus locais de moradia. Então, esse encantamento, esse envolvimento, essa dimensão subjetiva que muitas vezes aparecia, era fruto da realização de sonhos que convergiram naquele momento histórico. A gente construiu o programa, e com essa, até mesmo, ousadia de articular a elaboração que não tinha começado a três anos, já se vão duas décadas de organização desse seguimento ligados às lutas populares, é, quando a gente começa a colocar o bloco na rua, são outras expressões populares também, ligados ai ao dia a dia, começa a ganhar força, olha, de que teoria a gente está falando? De que, o que é desenvolvimento científico tecnológico que supera a ideia do alto rendimento? É uma questão pessoal, do dirigente, do chefe de gabinete, por não gostarem, mas porque nas nossas histórias de vida todos nós somos apaixonados pelo futebol, pelo esporte, a nossa vida é permeada pelos nossos vínculos com o esporte, só que na condição de dirigente, o momento histórico que a gente se inseriu ali dentro, a gente estava ali para afirmar direitos sociais. Então com é que o lazer entra nessa história? Quem respondia pelo lazer? Não era a Secretaria, não era o Ministério do Trabalho, não era o Ministério de Desenvolvimento e Comércio, não era o Ministério da Saúde, então, pela nossa trajetória histórica de envolvimento com os debates acerca da afirmação do lazer como direito social, a gente trouxe esse debate para perto do esporte, mas não restringindo as dimensões, as práticas do lazer, no âmbito do esporte, ampliando esse conceito daí quando o Zezão traz, olha, você via a experiências de lazer se vinculando ao trabalho, a nossa matriz como ponto de partida que dava a vida material das pessoas mais elevadas, como fruto do seu trabalho, como perspectiva de emancipação. Se a gente defende o lazer, o esporte, a educação, a saúde, o projeto societário que a gente defende a cena é emancipação humana, por que não no lazer? E por que que a gente ia rebaixar conceitual e politicamente as nossas defesas da emancipação humana, na nossa atuação como dirigente. Então, só que esses percalços, esses meandros, esses caminhos sinuosos que a gente lida, são aqueles que dão o concreto da luta política.

⁹⁸ Título do livro de autoria de José Guilherme Cantor Magnani.

J.S. – É isso que é o mais interessante, quando eu paro para pensar depois de quantos anos, doze? Treze?

L.C. – Dez anos se pegar do final de 2006.

J.S. – Eu estou completamente fora, eu vivo hoje cuidando de diversas culturas, a minha vida é cultura. Minha última experiência foi em 2011, lá na coordenação da Educação Física, que foi um outro embate assim, eu fui atropelado pela política. Eu fico pensando, com esse relato que você está vendo aqui, por tudo que nós passamos, a dificuldade, o embate político existe, tá legal, mas foi, como diria o mineiro: “Foi meio muito!” O mineiro fala: “foi meio muito.” Era pancada em cima de pancada todo santo dia, era briga com Casa Civil que queria devorar a gente, não a Casa Civil né, por conta do... Você vem dormindo com o inimigo, com toda a dificuldade do mundo, sem dinheiro, sem apoio do ministro, com toda a dedicação, com toda a confusão e tudo. Aí eu fico pensando, eu fico pensando, não é, depois de dez anos, se tivesse a maré a favor? [risos].

R.L. – Aí é idealização [risos].

J.S. – É uma revolução gente, porque passa, não passa, sabe, eu pessoalmente e a minha experiência de vida, da minha vida profissional, eu me lembro quando eu cheguei... Eu nunca tinha sido chefe de gabinete na minha vida [risos]. Quando eu me lembro, eu nunca fui, eu nunca fui do meio acadêmico, a minha formação é de escola, de poeira e tal, tal, tal, eu tinha restrições, você falando, eu estava pensando aqui, eu tinha restrições cambada de intelectuais que não sabem nada...

R.L. – Nunca sujaram um sapato [risos].

J.S. – Eu me sentia, não sei se eu já falei isso para você, eu me lembro que nas primeiras semanas, primeiro com a representatividade do setorial: “Eu represento Pernambuco, eu represento o Rio Grande do Sul...” Eu me sentia tão pequenininho sabe, eu falei: “Gente, é muito representatividade, o Brasil todo está aqui.” Eu me lembro quando esse cidadão... eu

trabalhava na Câmara do Deputados com a Ester Grossi e eu pedi para ela uma sala porque a gente não tinha sala pra reunião.

L.C. – Me lembro.

J.S. – E ela cedeu uma sala, a sala da Comissão de Educação a noite e tal, tal, tal. E a briga, porque todo mundo queria cargo, né. A minha função ali era lhe botar o cafezinho estar ali, atender telefone.

L.C. – Para ninguém quebrar a sala.

J.S. – Estava ali pra ninguém quebrar a sala. Quando o Lino chega e fala: “Não, sabe, eu posso pelo menos indicar meu chefe de gabinete”, porque a disputa era tanta. Eu nem conhecia o Lino, conheci o Lino através do Liáo; Liáo que é meu companheiro de quinhentos anos.

L.C. – Essa foi a minha referência maior.

J.S. – Quando o Lino falou que ia, fala não precisa nem me preocupar. Quando ele disse que o chefe de gabinete era eu, eu me lembro um dos poderosos representantes do Brasil, Pernambuco, Minas, todo mundo olhou para mim assim, eu disse: “Gente o que que é isso?”.

L.C. – Quase ergueu a mão...

J.S. – E ele segurou mesmo, ele foi, pá, pá e: “O meu nome é o Zezão.” E eu virei um inimigo véio. Eu me lembro que as pessoas começaram: “Pô cara, você...” Eu disse: “Olha gente, quem me convidou é que pode desconvidar. Procura o Lino.” E fui ara o embate, já cheguei assim, não foi muito agradável a minha escolha, você entra em um ambiente que para mim era hostil, porque eu digo: “Gente, esse mundo não é meu mundo.” Entendeu? Então primeiro mês foi terrível, só do ponto de vista pessoal, aí você vai vendo, você vai

tocando, você vai levando e vê que coisa começa a andar, aí que vai levando. Foi a maior experiência que eu tive do ponto de vista pessoal.

R.L. – Não cai da mesa e senta lá.

J.S. – Que me colocou em condições, depois que eu sai de lá, me colocou em condições de fazer outras coisas que fiz. Tudo experiência.

L.C. – Tudo virou mamão com açúcar. Mas tem algumas coisas, Chris, que nós estávamos falando aqui e que podem parecer no primeiro momento fofquinhas de bastidores, mas eu aprendi uma coisa, nessa experiência de gestão, que não tinha sido a primeira, mas sem dúvida foi a mais intensa, a mais forte. Não se estuda política pública só vendo site de Ministério e nem lendo artigo e nem lendo manual de orientação. Política pública, a maior parte das vezes passa distante destas coisas, esse cotidiano, essas relações de poder, aquelas dimensões da construção do programa, da lógica programática, das relações de poder dentro de determinado campo, na lógica de Bourdieu⁹⁹ mesmo, de campo, e a estrutura de uma instância de poder, a forma como está organizada a casa, se você pegar a estrutura do Ministério, você vai ver que é uma pirâmide invertida o Ministro fez. A parte maior está no gabinete dele e a área finalista que deveria ser a maior, porque é o que vai agir está desse tamanhinho aqui, pequeninha, afunilada, e isso ele fez porque ele desenvolveu um gabinete, uma estrutura para ele, para política dele, para o interesse dele enquanto político. A partir daí, você começa a perceber como é que funciona essa política quente, que é a expressão que o Roberto fala. Nós estamos trazendo coisas aqui, isso ele contou que parece fofoca, mas não é, isso demonstra o caldo concreto onde essas políticas foram gestadas, por relações de poder... Contraditório, questões paradoxais, é você ter ao seu lado alguém que você pensa que está no mesmo campo, aí se descobre que ele não está não só contrário a tuas ideias mas é antagônico a elas; você pensa que pela primeira vez na vida vai ter hegemonia e em uma semana de Ministério, quinze dias, você percebe que também dentro dela você é contra hegemônico, porque o hegemônico é o campo conservador, o hegemônico é o partido que precisa se legitimar no esporte e para isso vai

⁹⁹ Pierre Félix Bourdieu.

buscar sustentação no setor conservador, de um campo que por si só já é conservador. No primeiro momento essas indicações, eu sou representante daqui e de lá, isso traz um peso que você precisa redimensionar, mas em nenhum momento eu tive a possibilidade de indicar mais que esses dois que estão aqui, que você está vendo. Todos os outros foram indicações de fora, era pegar ou lagar, e eu achei que valeria a pena tentar e penso que valeu, por mais que isso tenha doído, tenha sido sofrido, né. Nós trabalhamos com um conceito de lazer que é o do Mascarenhas¹⁰⁰, lazer como tempo e espaço de apreensão da cultura, mas um tempo e espaço recheados de luta por hegemonia, de controle social, de configuração na cidade de consumo, ou na busca de um espaço de apropriação de cultura voltado para construção de homens e mulheres com capacidade de construir seu o tempo e de se perceberem no seu tempo. Essa luta era lá dentro. Quando nos saímos, a primeira coisa que saiu conosco foi esse conceito de lazer e entra o conceito do Marcelino¹⁰¹, construído em um SESC¹⁰² em São Paulo, com o conceito do Joffre Dumazedier de ação comunitária. E o Marcelino, que vira assessor da Secretária e que ao mesmo tempo vira orientador da Secretária na UNIMEP¹⁰³ de Piracicaba. Isso é imoral, isso é antiético, o único que trouxe isso a público foi o Correio Brasiliense. Eu vou te passar a matéria do Correio Brasiliense, não usamos essa informação em lugar nenhum, é a nossa postura ética, estou te falando agora para registro histórico.

J.S. – É o Cruz¹⁰⁴?

L.C. – O Cruz já tinha saído, o Cruz já estava na Folha de São Paulo. Na época a Secretária, inclusive ela foi denunciada por alguém de dentro do Ministério que não a encontrava, não a via, ela estava fazendo mestrado na UNIMEP de Piracicaba, com quem? Com o professor Marcelino. O que ninguém fez na matéria foi a relação de orientador do Marcelino que também era consultor dela dentro do Ministério. Isso não fizeram, era só deixar vazar essa informação e ela despencaria do lugar dela em dez segundos. Dez segundos! Nós nunca fizemos isso, mas isso é um fato. Nós tentamos exonerar duas

¹⁰⁰ Fernando Mascarenhas.

¹⁰¹ Nelson Carvalho Marcelino.

¹⁰² Serviço Social do Comércio.

¹⁰³ Universidade Metodista de Piracicaba.

¹⁰⁴ Nome sujeito a confirmação.

peças do Ministério, o senhor Luiz Otávio e o senhor Marcelo Russo, por não inspirarem confiança, por nunca estarem, principalmente o Luiz Otávio, no seu local de trabalho. Ele estava mais no Rio de Janeiro do que aqui, em Brasília, e por não terem competência técnica, eles não tinham atributos de competência técnica. Convencemos o Ministro a encaminhar a exoneração, o Diário Oficial publica a exoneração e eles se articulam via Rio de Janeiro. Um senhor que trabalhava dentro da Casa Civil, e dão a volta, eles anulam a exoneração, criam uma crise política entre nós; a Casa Civil nos chama e durante um mês nós ficamos lá discutindo a regularização. Tu chegava a colocar na mesa o seguinte: “se você insistindo nisso, você cai, vai embora, põem outro no lugar...” O nome indicado é um cara de São Paulo, do ABC, de Santo André¹⁰⁵, que é uma pessoa sem nenhum atributo, mas eles poriam lá sem problema nenhuma. Era Formiga, não me lembro o primeiro nome dele.

R.L. – Ronaldo.

L.C. – Ronaldo Formiga¹⁰⁶, que estava ali prontinho pra entrar. Essas questões... Então veja, foi dentro desse clima que esse trabalho foi construído. Então, quando se fala que o Esporte e Lazer da Cidade, é o mesmo de 2003 a 2016, não, não. Não é o mesmo, e não só porque mudaram pessoas, porque mudou o desenho conceitual do projeto. O programa orçamentário como um todo mudou, porque a Rede CEDES passou a ser outra coisa. Você tem estudos sobre a Rede CEDES encomendado pela Secretária junto ao UNESP¹⁰⁷ de Rio Claro, de uma professora de lá, a Gisele¹⁰⁸ e ela mostra que praticamente só 19% das pesquisas de estudos apresentados na Rede CEDES dizem diretamente respeito a política pública de esporte e lazer. Abriu-se um leque para que? Busca se legitimar no campo onde não tinha legitimidade, para cima de mim eles não vinham... Eu recebia projetos do jeito que você conhece, dez computadores, três laptop, eu falei: “Não, eu não vou montar o teu laboratório, vá buscar recurso para o teu laboratório no MEC¹⁰⁹, no CNPQ, na CAPES¹¹⁰, o

¹⁰⁵ Santo André, SP.

¹⁰⁶ Nome sujeito a confirmação.

¹⁰⁷ Universidade Estadual Paulista.

¹⁰⁸ Gisele Maria Schwartz.

¹⁰⁹ Ministério da Educação.

¹¹⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Ministério do Esporte não é pra isso. Para fazer esse trabalho aqui que nós estamos pedindo, você precisa de tanto, se achar que é pouco me avisa que eu vou buscar isso em outro grupo, eu sei que também pode fazer. Agora, não queira montar o teu laboratório às custas do Ministério do Esporte”. E acabou abrindo mão para isso, para ganhar legitimidade, então, quer dizer, qualquer cinquenta mil reais para o Ministério do Esporte, é menos do que gorjeta de cafezinho, mas para determinados grupos do mundo acadêmico é dinheiro que nunca viram na vida, principalmente no campo das humanidades. Ela acabou se respaldando nesse tipo de relação, isso não é fofoca, isso explicita a configuração da construção de uma política pública, dos agentes envolvidos, das relações de poder que se constroem e que se estabelecem dentro desse campo, de um conselho nacional de esporte essencialmente conservador de caráter, digamos, meramente protocolar, consultivo e de assinar em baixo o que o Ministério do Esporte desejava, sem nenhuma perspectiva de fiscalização da ação, sem nenhuma perspectiva de controle social da ação. Está aí até hoje. Durante o período do Aldo¹¹¹, se ele teve meia dúzia de reuniões, acho que foi muito... Inexpressivo e não há cobrança. Está lá, tem hoje, tem uma colega nossa fazendo estudo sobre o Conselho Nacional na perspectiva de analisar o controle social das políticas esportivas, que é a Silvana Araújo¹¹², do Maranhão, ela se qualificou, defende esse ano aqui no Serviço Social. Então você percebe que estas questões não são, não é coisa de fígado, não é fofquinha, é coisa que define, coisas que nos mostra exatamente como... E estou falando do Ministério, que tinha o orçamento de zero vírgula zero, 21% dos recursos da União. Você imagina, a luta que se dá nos Ministérios que tem recurso: Saúde, Educação.

J.S. – Tinha uma disputa do Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura.

C.M. – Quem pegava menos.

J.S. – Mas eles tinham o Gilberto Gil¹¹³ como Ministro. No primeiro ano o orçamento da Cultura subiu.

¹¹¹ José Aldo Rebelo Figueiredo.

¹¹² Silvana Martins de Araújo.

¹¹³ Gilberto Passos Gil Moreira.

L.C. – E outra coisa: no meio do primeiro mandato entra no Ministério da Cultura uma pessoa do PC do B, que traz o projeto chamado Ponto de Cultura e que recebe todo o apoio possível e inimaginável do PC do B, para divulgar, para difundir. Onde um membro do PC do B estivesse ele falava do Ponto de Cultura. O nosso, quando falavam, falavam mal porque queriam estar onde a gente estava.

J.S. – Porque é muito parecido, o que você tem: Cultura também é minha área, o que que você vê? O nosso tinha, era uma Ponto de Cultura ampliado, com cultura, com esporte, com lazer, blábláblá, blábláblá, blábláblá. Mas o Ponto de Cultura é o Esporte e Lazer da Cidade.

L.C. – É outro nome, o nome é até interessante, podia ser Ponto do Lazer, nós não chegamos a pensar nisso, pensamos em um nome grande, isso é questão de inexperiência, falta de...

J.S. – Eu não sabia que era do PC do B não.

L.C. – PC do B, eu conheço o rapaz é de Campinas, foi Secretário da Cultura em Campinas, tentou ser Deputado Federal, não conseguiu, não sei onde está agora. Mas para explicar, sua preocupação primeira, essa conversa saiu das suas questões, eram dados mais atualizados nossos sobre os dez primeiros projetos.

C.M. – Bom é para ver se vocês lembram de mais alguma coisa assim, de repente, passando os nomes.

L.C. – Vamos lá.

C.M. – Caetés, Pernambuco.

L.C. – Eu não lembro de ninguém, não lembro, aí assim é a tendência... Sabe, atendia a regionalidade, mas atendia também a presença de um membro de Pernambuco na estrutura da Secretaria.

C.M. – Caetés...

L.C. – Castanhal atendia os pré-requisitos e atendia...

C.M. – Caetés era a cidade do Lula?

L.C. – Não sei dizer, não é Caetés...

J.S. – Garanhuns.

L.C. – Não, Garanhuns na verdade. Não é Caetés não.

C.M. – Niterói...

L.C. – Niterói, essas implicações ainda... Eu tive que... Tentar responder isso e quantas ironias recebi para cima de mim, quem mais me ironizava e me encontrava sempre era o Lars Grael¹¹⁴, que era de Niterói, que fazia a pratica desportiva dele em Niterói. Dizia: “Lino, tudo bem isso tudo que tu está dizendo aqui tem sentido, mas Niterói...” Aí eu falei: “Lars, você já sentou ai, você sabe que uma das coisas que se aprende aqui dentro é fazer concessão, é ou não é? Quanto sapo você engoliu aqui dentro? Pois é, eles são o que eu estou engolindo”. Eu dizia para ele rindo e ele muito gentil sempre, educado sempre, não deixava de ironizar quando podia.

C.M. – E Ipatinga?

¹¹⁴ Lars Schmidt Grael.

L.C. – Ipatinga atendia uma outra região perto de Governador Valadares, uma região também nossa, uma região sofrida mineira todas as premissas, os pressupostos que você vai encontrar nesse videozinho vermelho...

J.S. – Esse aqui está muito bom.

L.C. – Nossa, esse aqui foi bom. Esse aí eu dou aula com esse troço até hoje, atualizo e pronto. Estavam presentes lá, sem dúvida alguma. E foi onde deu aquele problema todo porque muda administração, muda o partido e eu... Nós tínhamos que peitar...

J.S. – Eu lembro do nome do prefeito do PT era Chico Ferramenta¹¹⁵.

R.L. – Chico Ferramenta.

J.S. – Ele sumiu , foi um rolo só... [risos]

L.C. – Do outro prefeito, ele era folclórico, usava um chapeuzão, me recebeu bem, falou: “Você é corajoso hein? Trazer dinheiro do governo federal para nós aqui da oposição!” Daí falei: “Não se trata disso, não estou trazendo dinheiro para você. Estou trazendo esse dinheiro que não é meu, é público, para essas pessoas que estão envolvidas nesse projeto aí e esses dados aqui são verdadeiros, não tem porque parar com isso aqui.” Falei para ele: “É isso mesmo.” Bem, bem chucrão, bem bem... mas foi isso, é isso.

C.M. – E Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina?

J.S. – Região de Chapecó, próximo a Chapecó.

L.C. – Isso, também... Veja, todos esses municípios, com exceção de Niterói, embora Niterói também tenha seu cantinho vulnerável, respondem as premissas do projeto. Aí

¹¹⁵ Francisco Carlos Delfino.

também teve uma aproximação também política com o deputado Vinhales¹¹⁶ e que tinha um Chefe de Gabinete. É Chefe de Gabinete ou assessor dele?

R.L. – Era prefeito da cidade e depois se tornou Chefe de Gabinete dele.

L.C. – Chefe de Gabinete dele, muito próximo, muito...

R.L. – Esse polo nosso era muito articulado com o MST¹¹⁷, era uma base social era...

L.C. – E Dionísio era uma cidade que tinha uma rua dividindo os estados, não era?

R.L. – Fronteira com a Argentina.

L.C. – E aí era um barato, porque você via metade da rua calçada e metade em terra. Como, assim, uma rua? E uma parte aqui calçadinha e outra aqui terra, porque uma parte era de uma região, de um estado, de um município, de um país e o outro do outro e tal. Então foi interessante, lá funcionou muito bem também, tivemos muito boa parceria, tanto o deputado que encaminhou emendas parlamentares para fomentar o projeto dele...

R.L. – Foi de sustentação política, como...

L.C. – Foi um bom teste para a lógica das emendas também, muito bom.

R.L. – Com a sustentação...

J.S. – Ali onde entrava o Lião.

L.C. – É.

¹¹⁶ Nome sujeito a confirmação.

¹¹⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

R.L. – Com a sustentação política, a gente tinha essa contradição com a direção do Ministério. A análise que a gente fazia é que era necessário articular com mandatos populares, em especial do PT, que eram vinculados a essas regiões para poder dar condição material para que o programa avançasse, para que, em um segundo momento ou terceiro momento, que as prefeituras, ao entenderem a pertinência do programa, passassem a constar nos seus planos...

L.C. – Nos seus orçamentos...

J.S. – Botasse dinheiro no...

R.L. – Saísse da lógica da emenda parlamentar e entrasse na lógica orçamentária do município, essa era uma... A nossa intenção política de articular o mandato que tem representatividade junto à determinadas regiões onde o programa se instalou, era fazer com que o orçamento do esporte e lazer passasse a fazer parte da ordem do dia, historicamente foi preterido. Se no plano federal, 0,2% ou zero 0,3% nos planos municipais ficam...

L.C. – Não chega a 0,4% a no máximo 0,5%. Agora veja que interessante, essa é uma lógica de gestão que dentro dessa política pequena, rasteira, pobre, que nós estamos vivendo no nosso país. Não interessa, porque o que interessa é ter o prefeito na tua mão e não construir autonomia do prefeito. Você quer um prefeito batendo na porta do seu gabinete toda hora pedindo dez mil reais para desenvolver isso ou aquilo, ou deputado... O prefeito vir com um montão de vereador de terninho todo simplório, sempre esperar para conversar, o que eu recebi de deputados, vereadores, prefeitos e dizer: “Não temos dinheiro”...

J.S. – Encontro que tinha até um encontro de prefeitos, era uma confusão...

L.C. – Sim.

J.S. – O Lino recebia prefeitos, eu recebia...

L.C. – Sim, nós tínhamos que dividir, era muita gente...

J.S. – E você não podia fazer nada.

L.C. – E o que nós dizíamos: “Olha, nós podemos passar para vocês uma lógica de um desenho conceitual de um projeto de lazer, mas nós não temos recurso para implementar e aí se o senhor deputado, nas suas emendas, nas suas relações políticas, conseguir recurso, conte conosco, a nossa secretaria não tem recurso”.

J.S. – E tem um negócio também, eu me lembro de uma argumentação que a gente usava porque eles aparecem, os prefeitos, querendo quadra, negócio é quadra, quadra, quadra, quadra, quadra, quadra, quadra, quadra...

L.C. – Claro...

J.S. – Como é que a gente rebatia? A gente falava... Então tem um custo de um núcleo. O núcleo custa de quarenta... Se eu não me engano quarenta mil reais...

L.C. – Para atender “x” pessoas.

J.S. – E parece que quatrocentas pessoas. Isso diretamente.

L.C. – Isso está aqui dentro. Aqui você vai encontrar aqui. Aqui tem todo o cálculo aqui dentro.

J.S. – Então se você chegar no camarada e falar assim: “Olha, uma quadra. Uma quadra você vai atender quantas... Uma quadra custa cem, era em torno de cento e cinquenta aquelas quadras...”

L.C. – Da Caixa Econômica¹¹⁸!

¹¹⁸ Caixa Econômica Federal.

R.L. – Então até que os dirigentes se dessem conta que o modelo conceitual que a gente apresentava, ele encontrava eco na realidade concreta de cada lugar...

J.S. – Cada comunidade.

R.L. – Cada município, cada comunidade. Então o que a gente precisa é do custeio para contratação dos trabalhadores, ainda que de forma precária, porque a nossa tese é a profissionalização desses trabalhadores; o reconhecimento do agente social de esporte e lazer como uma categoria de trabalhadores; o orçamento do município para abraçar essas demandas e a gente tinha algumas experiências pontuais do orçamento participativo que começavam a dar elementos e objetivos de que a população não hierarquizava, não é primeiro a educação, em seguida vem a saúde, em terceiro vem o lazer. O princípio da simultaneidade estava presente na vida das pessoas. Então, só que é uma simultaneidade contraditória, permeada por todos esses conflitos que estão sendo apresentados. Então essa ideia de ganhar corações e mentes fazia parte da nossa tarefa de construir nova hegemonia na disputa de...

J.S. – Quando o agente, ele era capacitado, já tinha uma..., isso já estava embutido na formação, então ele não ia aprender a cuidar de criança ou idoso somente isso, era um conceito que ele iria aprender.

R.L. – Só que a gente fazia uma disputa interna que a gente não entendia relevante ao registro no conselho profissional para ser agente social de esporte e lazer. Isso inquietava porque a força hegemônica do Ministério havia já se aliado a esse cavalo que já estava andando.

L.C. – Durante os nossos quase quatro anos lá dentro, o Conselho Federal nunca recebeu um tostão, chegaram a pedir e eu cheguei a dizer para o Jorge:¹¹⁹ “Jorge, pelo amor de Deus, vocês tem dinheiro para caramba, você sabe que esse nosso programa orçamentário

¹¹⁹ Jorge Steinhilber.

aí, você não é bobo, você é bastante inteligente, esperto, sabe como é que são as relações aqui dentro, sabe o que sobra para nós. Não temos dinheiro, vai buscar dinheiro em outro lugar, aqui não temos, não achamos, não tem sentido um Conselho Profissional buscar dinheiro aqui dentro, nunca demos nada, se você estudar o orçamento de outros anos, a partir da saída, você vai encontrar recursos... Liberamos recursos para o CBCE, para Encontro de Estudantes de Educação Física, vários eventos...

R.L. – Em algumas edições...

R.L. – Os recursos foram alocados para o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física se equivaliam ao do Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte.

L.C. – Sim, bastante recurso para ciência e tecnologia. Uma outra ação que nós fizemos, depois a gente volta para os municípios que faltam, foi buscar uma articulação com outros ministérios para pensar uma política transversal de lazer, intersetorial, interministerial de lazer. Nós tivemos meia dúzia de reuniões com representantes do Ministério das Cidades, Desenvolvimento Social, que foi o ex-prefeito de Governador Valadares que faleceu. Trabalho, cultura, saúde, educação, mostrando que o lazer, enquanto fosse responsabilidade de um único campo, único setor, não teria a força necessária para se prevalecer como política pública. Nós tínhamos uma ação com a Raquel Monique¹²⁰ no Ministério das Cidades, ela trabalhava na Secretaria de Mobilidade Social, parques e jardins. Eles faziam a revitalização física das praças, parques e jardins, e nós entraríamos com a revitalização programática com o conceito do projeto. E eles tinham dinheiro, nós tínhamos a ideia.

R.L. – Eles tinham Olívio Dutra¹²¹.

LC. – Hã?

R.L. – Olívio Dutra.

¹²⁰ Nome sujeito a confirmação.

L.C. – Na gestão do Olívio Dutra. Aí o Olívio Dutra sai, isso morre, porque sai Olívio Dutra, sai a Raquel, sai a equipe do Olívio e entra outra...

R.L. – Porque entra outra força política.

L.C. – Porque entra outra força política. Isso. E não é só questão de força política, é de conceito, de compreensão de sociedade, é de objetivo, é de tudo, então, a coisa é... Mostrava o trabalho que... Porque não dá para discutir trabalho sem discutir o tempo livre de trabalho, do trabalhador, os caras ficavam olhando assim: “Pô que coisa!” Saúde sem discutir lazer, educação, a gente tem...

J.S. – Os caras não tinham noção, eles não tinham noção.

L.C. – A gente tem uma lógica educacional centrada no princípio do trabalho e não no principio da cultura lúdica. Como é... O que é trabalhar cultura lúdica a partir da Educação Física lá dentro? Então nos tínhamos mil portas, mas era um tipo de política que não interessava ao Ministério do Esporte. Por quê? Veja: o lazer, sozinho, não me atrai em nada, não chama a atenção para cima de mim e você ainda quer pegar ele e dividir com todo esse montão de gente do Ministério. Quem vai ser dono disso? Quem vai para o palanque na hora de inaugurar a coisa? O Ministro da Cidade? Agente social? É muito pouco para distribuir para muita gente. “Não me dá Ibope, não me dá visibilidade política, eu não quero”. Por isso que, de certa forma, esses tipos de tarefas vinham... A gente reivindicava, conseguia com facilidade porque ninguém queria trabalhar com isso, querem trabalhar com Jogos Olímpicos, quero trabalhar com... É dinheiro, muito dinheiro e visibilidade da mídia, porque a mídia também está viciada. A mídia reforça a mesma lógica que ela própria crítica e por aí vai a coisa. Então essa foi uma ação muito legal que também morreu na praia, digamos assim. A gente buscava, tentava, os debates vinham, quantas pessoas vinham: “Olha Lino, super interessante isso tudo, tem sentido isso tudo, mas o foco nosso é outro e não temos condições, não temos quadros para dividir”.

¹²¹ Olívio de Oliveira Dutra.

R.L. – O esgotamento da nossa presença e desse modelo conceitual, quando as portas se fechavam para esse modelo conceitual, começava a se abrir para os megaeventos esportivos.

L.C. – Claro. E a III Conferência Nacional de Esportes negou as duas primeiras Conferências, foi a terceira dos dez anos ficar entre os dez melhores do mundo e para pegar isso, conosco lá dentro, eles iam ter muito trabalho para construir essa Conferência, porque nós íamos tirar da II Conferência, o norte da III, como fizemos na II, que foi extraído do norte da I, entende? A I e a II, a primeira redação do tema básico da I Conferência fui eu que fiz. Por constrangimento geral porque era muito acadêmico, assim, mas você... Eu fiz uma segunda versão, sentamos em uma mesa grande, a segunda versão enxugamos, uma terceira versão, até que uma quarta versão for feita com interveniência do Jaime Sawtchuc¹²², mas aí o Jaime chega e começa a perceber quem somos nós, e começa a nutrir simpatia por nós, quanto mais simpatia nutria para o nosso lado, mais se afastava do outro lado [risos], mais criava problemas para ele até que ele é excluído do campo. É excluído do campo, hoje é um grande amigo nosso, ele, o filho dele...

R.L. – Publicações ligadas a CPI¹²³ do CBF.

L.C. – Ele tem um livro sobre a CPI do futebol, a CPI... Foi a da Câmara que ele fez, não a do Senado que ele trata no livro, teve duas na época, acho que foi a da Câmara, eu não lembro.

R.L. – Ele chegou a ser assessor da Comissão de Turismo e Esporte.

L.C. – Da Câmara?

R.L. – Sim.

¹²² Nome sujeito a confirmação.

L.C. – Então acho que foi da Câmara que ele fez. Só para você perceber em que caldo cultural político isso que você está recebendo, isso que você conhece, que está vendo. O que nós fazemos questão de reforçar em você, é que o mundo acadêmico fique atento às especificidades teóricas, conceituais, que nutrem o primeiro Esporte e Lazer na Cidade e aquilo que recebe o apelido de PELC¹²⁴. É outro modelo, é outra coisa, não mudaram o nome porque, talvez, não quisessem se debruçar sobre isso. O programa orçamentário permaneceu o mesmo, os nomes, os mesmos, mas modelos conceituais até 2007 foi um; só que na prática em 2007 já teve mudanças porque a gestão já veio diferente desde o segundo semestre de 2006. E a mudança mais enigmática, mais emblemática foi a saída do conceito do Fernando Mascarenhas e a entrada do conceito do Nelson Carvalho Marcelino. Isso mostra um outro requerimento em lazer. A formação muda, você vai encontrar nomes que você fala: “Por que esse cara é formador?” “Por que sempre ele também em um outro momento?” E aí corria dinheiro, pouco dinheiro na lógica de governo federal, mas bastante para quem é do campo acadêmico, do campo escolar; são diárias que alimentam essas viagens todas, essas coisas todas estavam presentes e permaneceram e hoje eu não sei exatamente essa nova reestruturação, o que se está se dando, como vem se dando, qual é o lugar que o esporte e lazer está ocupando. Porque agora também tem o Vida Saudável¹²⁵ agora tem outras coisas, tem uma reação forte com a questão da escola também, como é que é?

J.S. – Segundo Tempo?

R.L. – Mais Educação¹²⁶.

L.C. – Mais Educação, porque na nossa época já vinha... Não era Mais Educação, era outro nome...

C.M. – Programa Escola Aberta?

¹²³ Comissão Parlamentar de Inquérito.

¹²⁴ Programa Esporte e Lazer na Cidade.

¹²⁵ Programa Vida Saudável.

L.C. – Escola Aberta, era o Escola Aberta. Tentando mostrar as especificidades da comunidade escolar, porque o Escola Aberta, na verdade, queria o espaço escolar, o equipamento escolar para atender a comunidade. Não tinha nenhuma relação com o que acontecia dentro da escola, só queria aquele equipamento que era único na comunidade, para que a comunidade pudesse utilizar nos feriados e nos finais de semana. Era essa a lógica. E a gente tentando mostrar que isso era muito pobre, podia ser mais. Diferentemente, eu não sei aí se o Mais Escola lida também com a comunidade escolar, na relação com a comunidade, naquela época isso tudo estava presente. Que mais Chris?

C.M. – Para terminar, Juína¹²⁷?

L.C. – Não lembro.

C.M. – Núcleo do PELC em Mato Grosso.

L.C. – E Juína foi um dos dezenove municípios que fizeram parte depois do grande...?

J.S. – Consórcio.

L.C. – Grande consórcio?

C.M. – Eu acho que não.

L.C. – Não?

C.M. – Pelo menos no texto do Guego¹²⁸ não.

L.C. – Não? O Guego foi para lá?

¹²⁶ Programa Mais Educação.

¹²⁷ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Juína, Mato Grosso.

¹²⁸ Ari Lazarotti Filho.

C.M. – Para o Nortão.

L.C. – Então, mas olha, talvez sim, porque o convênio foi com o Nortão, foi a partir de um Secretário de Educação de uma cidade chamada Carmen¹²⁹. Eu fiquei hospedado na cidade de Carmen, em um hotel em cima de um posto de gasolina, o único hotel da cidade. Posto de gasolina com hotelzinho em cima.

J.S. – Como era o nome do camarada?

L.C. – Ele foi presidente da ANDIF, era...

R.L. – UNDIME¹³⁰.

J.S. – UNDIME

L.C. – UNDIME. Isso. Ele era o ex...

C.M. – Sirineu Moleta?

L.C. – O Sirineu que escreve o prefácio do livro.

J.S. – Eu estive lá...

L.C. – Do livro. Ele foi me receber em Campo Grande, ou Cuiabá... Cuiabá! Com um Fiat Uno. Nós rodamos setecentos quilômetros no Fiat Uno, até a cidade dele, em uma estrada que se olhava de longe uma reta...

J.S. – Eu fiz a ida, porque a ida eu fui de avião a bordo do cai-cai, mas morri de medo.

¹²⁹ Cidade no Mato Grosso.

¹³⁰ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

L.C. – Eu fui de avião. A estrada tinha que desviar dos buracos, você via todos os carros [risos].

L.C. – Isso está na introdução do livro, pega a introdução **daquele livro que eu coordenei¹³¹**, organizei. Sirineu ele é um ex-seminarista.

J.S. – Ah, eu pensei que ele era padre, alguma coisa com religião [risos].

L.C. – Secretário de Educação, o único divertimento que eles tinham lá em Carmen e eu fui para lá, andava trezentos metros depois do posto de gasolina, um buteco que tinha mesa de sinuca e ele me levou para jogar sinuca.

R.L. – Essa articulação com a direção da UNDIME...

L.C. – Foi o Abigail. Carlos Abicalil.

R.L. – Para ampliar essas relações, fortalecer...

L.C. – Que era professor, teria sido presidente do sindicato...

J.S. – Eu fui para uma cidade, não sei se é essa a cidade, e foi uma reunião com vários municípios...

L.C. – Tá, porque eram dezenove ao todo, não lembro se esse município, confesso que eu não lembro. Eu lembro que Sinop estava, Sinop era onde nasceu o Rogério¹³². É a que ficava mais perto de Carmen, vinte quilômetros, trinta quilômetros de Carmen. O pessoal ia se divertir em Sinop.

¹³¹ Castellani Filho, Lino. (Org.). Gestão Pública e Política de Lazer: A formação de agentes sociais.. 1ªed.Campinas: Autores Associados, 2007.

¹³² Nome sujeito a confirmação.

J.S. – É engraçado o Mato Grosso, é tudo distante. Eu conversava com as pessoas: “A minha cidade é trezentos quilômetros, duzentos quilômetros”. Era assim cara. [risos] Trezentos quilômetros? Tudo é grande.

L.C. – Parecia logo ali. Soja acabando com toda a região.

R.L. – O diálogo com a experiência do consórcio intermunicipal do ABC, a experiência nossa aqui do Distrito Federal que a região integrada do desenvolvimento econômico...

L.C. – Esse mesmo.

R.L. – Perpassa os municípios do estado de Goiás, Minas Gerais e o Distrito Federal que não tem, não é fracionada, porque a constatação é, se o limite geográfico é insuficiente, e a gente da condição de governo federal, tinha condições institucionais de poder dialogar para além da geografia e com uma contradição que a gente lidava também. Quer dizer, sem um sistema nacional de esporte e lazer, sem uma organização, não tem definição institucional de qual instância trabalha com qual esfera de poder, ou seja, o governo federal pode fazer política no município, o governo federal pode fazer política em entidade particular, o governo federal pode fazer política no estado. Então a gente lidava com essa contradição, a indefinição, a gente tem uma luta histórica pela construção do sistema nacional que foi a nossa bandeira da segunda conferência que ainda está na ordem do dia. Então recentemente foram retomados os estudos no sentido da construção do sistema nacional e então isso criava uma contradição que a gente procurava olhar a nossa intervenção, ampliando a capilaridade do programa em outras instâncias do poder.

C.M. – É, Juína realmente não estava nas dezenove...

L.C. – Não?

C.M. – É, mas tem cidades muito próximas que estava: Jaciara, Juara¹³³.

¹³³ Cidades do Mato Grosso.

L.C. – Deixa eu te dizer alguma coisa interessante sobre esse consórcio no Mato Grosso, Nortão aí. Foi o único que envolveu o Agnelo. O Carlos Abicalil me procurou, quer dizer, eu procurei, fechamos a coisa, eu falo: “Mas eu quero um compromisso!” Voltamos a história, ele fez questão e o Agnelo, o Agnelo não consegue argumentar com você rapidamente, ele levava uma semana para responder. E o Carlos Abicalil sabia falar, articulava bem, mostrou a importância e eu lembro que ele disse o seguinte, com toda educação: “Senhor Ministro, eu sei que esse projeto social não é aquele ao qual o senhor dedica maior atenção. Sei que o Segundo Tempo ganha do senhor mais atenção, mas eu peço a compreensão do senhor e a sua colaboração para que dedique todos os esforços possíveis ao seu alcance para que isso seja viabilizado na minha região”. Ele pegou o compromisso do Agnelo e não teve como fugir do compromisso. Ele era presidente da Comissão da Educação, Cultura e Desporto, ainda eram os três da Câmara Federal.

R.L. – Educação, Cultura e Esporte.

L.C. – Ainda eram os três, da Câmara Federal.

R.L. – Educação Cultura e Desporto.

L.C. – Desporto, não era esporte, depois houve um desmembramento. E eu lembro que aí ele ficou amarrado; amarrado com o deputado federal que não era qualquer deputado federal. Tinha peso, naquela época, muito peso por conta da comissão que ele estava, de como ele tinha chegado lá na Câmara. Então é só uma característica forte, marcante, foi outra experiência rica também contada aí. Que outros municípios, Chris?

C.M. – Só falta Bagé¹³⁴.

L.C. – Bagé. Bagé também é emblemático, o Rio Grande do Sul, o Mainardi¹³⁵ era o prefeito, não né? Tinha também uma força, uma força emblemada do mesmo jeito que

¹³⁴ Referência ao Projeto Piloto do PELC desenvolvido em Bagé, Rio Grande do Sul.

Xapuri no Acre era a cara do Acre, do Norte, das lutas sociais, do campo, então Bagé, de alguma maneira, expressava isso. E o Mainardi tinha uma forte influência nessa entidade dos prefeitos e ele colocou muito dinheiro dele. Dele que eu digo, da Prefeitura, no Esporte e Lazer da Cidade. Tinha um ônibus que a criançada, a garotada, os jovens eram deslocados de um núcleo para outro; pintaram, ele recuperou o ônibus com as cores do projeto, com o nome do projeto e eu vou até perguntar... Tem uma menina hoje que era assessora dele e que esta fazendo mestrado aqui...

C.M. – A Ana Elenara¹³⁶?

L.C. – É, está aqui a Ana Elenara, não sei se ela aparece hoje à noite.

C.M. – Ela disse que sim.

L.C. – Quero saber se ela não tem fotos daquele ônibus, daquele material ali. Eu não fiquei...

C.M. – Tem!

L.C. – Tem? Que maravilha, eu não tenho.

C.M. – Tem. Bagé é a única cidade que tem tudo, tudo documentado.

L.C. – Justamente isso nos fez aproximar, de tê-lo como piloto, atendia as exigências...

J.S. – Era outra referência, uma ótima referência.

L.C. – Atendia as exigências. Tinha um prefeito que entendia a lógica do projeto, que entendia o que nós queríamos, via a importância que nós queríamos e não estava correndo atrás do nosso dinheiro. Queria o projeto lá, queria o governo federal lá e se dispôs de pôr

¹³⁵ Luiz Fernando Mainardi.

recursos públicos e municipais naquilo e pôs. E aquilo só cresceu, só cresceu. Eu lembro que eu fui lá em Bagé, cheguei a ir em Bagé, lembro que passei frio e comprei....

J.S. – Um sobretudo.

L.C. – É, um poncho? Pesado para caramba, mas quebrou um galhão, não passei frio. Eu cheguei achando que estava bem agasalhado, que nada. E vi coisas que assim, aquelas coisas que diante de tudo que nós contamos para você aqui, você vai enfraquecido e volta forte: “Pô, está valendo a pena”. A gente se perguntava todo dia “E aí gente, está valendo a pena?” Hoje eu brinquei no almoço: eu em 2004 para 2005, foi o ano que eu estive, pela primeira vez na minha vida, alteração em colesterol, triglicérides, um quadro de tensão absurdo. Brigava jogando bola, fui expulso do meu campeonato de cinquentão por cinco jogos porque dei porrada em juiz. Eu estava em uma tensão absurda, tive problemas familiares, em casa, no relacionamento com esposa e filhos na época que ninguém me suportava...

J.S. – Eu me lembro que a sua mulher...

L.C. – Ela veio no seu aniversário.

J.S. – Ela vinha aqui de vez em quando.

L.C. – Vinha, vinha sempre.

J.S. – Aí a gente brincava, chamava de “nosso marido” e que o outro marido era eu, aliás, eu era a mulher, porque era uma dona de casa.

L.C. – Ele e o Roberto.

¹³⁶ Ana Elenara da Silva Pintos.

J.S. – Aí ela chegava e falava assim: “Zezão, o que você fez com o nosso marido que ele está insuportável?” Ou então o contrário, quando ela chegava, quando ela estava aqui: “O que você fez com o nosso marido que não está aguentando aquele cara?” Eu não toco o rádio nele porque ele é menor do que eu” [risos].

L.C. – É difícil, foi, foi... Então você ia nessas experiências, via isso, eu voltava rejuvenescido. Você voltava com energia para aguentar uma semana aqui, quinze dias, um mês aqui. Porque tem outra coisa que é importante, quer dizer, você é Secretário, todo mundo passa a te chamar de doutor e tudo mais. Mas quando eles percebem que você não tem aspiração política, você não quer ser deputado, você não quer ser prefeito da sua cidade, eles já te olham como coisa menor.

J.S. – Tira o doutor [risos].

L.C. – Isso fica sabe por quê? Para não decorar o nome, fica mais fácil falar doutor Secretário, Senhor Secretário, do que chamar pelo nome, porque é tanto Secretário...

J.S. – O povo chamava Doutor Zezão... Eu prefiro professor

L.C. – Na Secretaria, o mais comum era me chamar de professor, também a postura era muito mais essa, porque eu não tinha pretensões políticas e quem entra lá quer ser, se acha político, quer ser político profissional, quer se profissionalizar na política. Você tem gente que até hoje vive disso, vive... Tem gente, por exemplo, começou conosco e hoje está na Reforma Agrária¹³⁷, entende? Quer dizer, o cara se é Ministério do Esporte ou Ministério do Transporte, não importa, o cara quer estar pendurado em algum lugar desse troço. Nós nunca quisemos isso.

J.S. – E tem muita gente que fala assim: “Zezão, você não está nesse governo, não?”

L.C. – Então.

¹³⁷ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

R.L. – As nossas aspirações políticas eram de outra natureza.

J.S. – “Especializado em dar aula, você está dando aula? Dando aula?” “Cara, eu sou professor e professor dá aula”.

R.L. – As nossas aspirações políticas eram explicitadas.

L.C. – Existiam.

R.L. – Existiam e eram explícitas, só que de outra natureza.

L.C. – Sim. Não eram voltadas para ter esse tipo de...

J.S. – Eu costumo falar com o Liáo na questão ideal, que eu sou um carregador de piano; eu sou um carregador de piano, agora tem um negócio: eu carrego o peso para quem sabe tocar, porque eu também não sei tocar. Eu sou um carregador de piano. Eu lembro de alguém – alguém que eu não vou citar o nome – que eu era o seu substituto, legal né?

L.C. – Sim.

J.S. – Ele viajava e eu assinava. Então eu era o Secretário em exercício. Ainda brincava, que eu estava em exercício [risos]. Aí alguém – alguém que eu não vou citar nomes – ficou muito brabo porque ele queria ser a segunda pessoa, pelo menos a segunda pessoa, você sabe de quem estou falando...

L.C. – Sim, o Veronez.

R.L. – Ele fazendo confusão.

L.C. – Não é questão de criar confusão, é uma pessoa que teve todo nosso apoio...

J.S. – Ele ficou tão brabo comigo quando ele soube que o Lino tinha me designado. Ele entrou na minha sala, mas ele estava possesso, alterado. Aí eu falei: “Verona, fica preocupado não. Eu sou só um assinador de papel, você é o segundo homem, é só para assinar cara. Porque eu não viajo mesmo, fica despreocupado.” Eu desarme o cara ali, porque ele estava brabo, possesso. “Fica não, fica não, eu só vou assinar”. Você é o segundo, você é o vice. Fica tranquilo.

L.C. – Uma pessoa que nos trouxe problemas e uma dificuldade de agregar pessoas ao redor dele. Ele tinha um time que tem características desagregadoras muito grandes, só passar por Pelotas e pegar a história dele anterior e atual, está muito presente. Muito das dificuldades nossas de articulação interna se deveu a algumas atitudes tomadas por ele. Uma que ele tomou em cima de nós nos pesou muito também, nos trouxe consequências graves, nos fragilizou no momento que já estávamos fragilizados, por ele não gostar de uma pessoa: o Laércio¹³⁸, que queríamos como consultor para construir a conferência aqui. A conferência era uma atividade que passava pelo departamento dele, de Ciência e Tecnologia. Ele andava às voltas com a final da tese dele, que eu assumi a orientação, porque o orientador dele dispensou a orientação porque ele se ausentou, se dedicou ao trabalho aqui e se ausentou do trabalho lá. Quando foi comunicado que estava sem orientador, ninguém quis assumir a orientação dele porque ele estava totalmente envolvido com o governo federal e eu aqui tive que fazer o trabalho no meu programa na UNICAMP¹³⁹ para que passassem para mim a orientação dele e pela proximidade aqui eu tinha mais condições de à noite, orientar. Fizemos isso, assumimos algumas tarefas dele para que ele pudesse, na reta final, concluir o trabalho. Foi nesse clima que nós pensamos em trazer o Laércio para construir a conferência aqui. O Laércio era representante da IASI, da Documentação e Informação Esportiva, não lembro bem a sigla [risos]. E no momento que ele soube desse encaminhamento, ele fez uma denúncia no setor de um Ministério do edital, que o edital que tinha sido construído para atender aquela pessoa. O que tinha sido verdade, porque em todos os editais a contratação de consultoria PNUD permite. Você faz com essa lógica: “Eu quero você, eu não posso te contratar diretamente.” Abre o edital para o seu perfil, você se candidata, apresenta suas documentações e você... É assim que

¹³⁸ Laércio Elias Pereira.

funciona, é assim que funciona. E ele fez essa... Só que isso nunca é explicitado, ele fez a denúncia, comuniquei o Laércio, mas só que é isso, vou dizer como demorou um tempo para a coisa se configurar, porque demora, e ele respondeu dizendo que ao longo do tempo da espera ia assumir outros compromissos e, portanto, ele não estava mais disponível para assumir a função, agradeceu e pronto, e abriu mão. Mas quem construiu a conferência foi ele, porque ele tinha todos os contatos nacionais, internacionais e por aí afora. Então uma pessoa difícil de lidar, trouxe problemas de relacionamento, conosco mesmo era difícil de lidar com ele, a gente não tinha mais paciência, algumas reuniões setoriais, quando ele falava, às vezes tencionava mais do que ajudava, então, quando saímos praticamente cortamos relações. Ele se afastou do CBCE porque não encontrou clima para permanecer lá porque no GTT... O GTT todo soube, de certa forma, o que ele havia feito e ele percebeu que tinha... Tentou uma aproximação, meio que se desculpando, eu não guardo mágoa, mas também o meu momento atual não quero me relacionar com pessoas que não me fizeram bem, que não me fazem bem. Quero que ele seja feliz, mas não quero aproximação. Então foi difícil, você percebe um clima, todo que nós passamos, e a grande pergunta que ficou e aí já em uma direção de encerramento Chris, talvez, não é: “Por que que não ficaram o resto do tempo?” É: “Como que conseguiram ficar nesses quase quatro anos?” Porque nós não tínhamos relação com corrente político-partidária forte, não tínhamos inserção partidária militante intendente, política interna ao partido, diferentemente de outras pessoas que se agarravam aos seus deputados, os seus líderes...

J.S. – E se agarram até hoje.

L.C. – E se agarram até hoje!

J.S. – É a tendência dentro do partido é o que diz, que rege: “Eu sou o tal!” Lembra daquela fulana: “Eu sou da tendência tal tal tal...” Então fica vomitando esse tipo de coisa.

L.C. – E foi essa tendência que deu sustentação a chegada da pessoa que me substituiu. Não houve... E nós não tínhamos, quer dizer, tínhamos aproximação, simpatia, com

¹³⁹ Universidade Estadual de Campinas.

peessoas, com grupos, mas eu, particularmente, circulava numa boa, porque na verdade todo o meu envolvimento com o PT, além das grandes causas, que eu tratava como grandes causas, nas menores. Se alguma coisa eu fiz no PT foi ajudar na construção do Setorial¹⁴⁰, eu militei no Setorial, e eu representei o Setorial antes dele existir, formalmente falando. Esse é o meu, minha contribuição ao partido, uma discussão que infelizmente morre, como eu disse lá no início por conta das disputas internas. Sobrou cidade? Sobrou mais pergunta?

C.M. – Não, eu acho que o que eu ia perguntar sobre a formação era a questão do conceito dessa presença mais forte do Mascarenhas.

L.C. – Sim, sim.

C.M. – E agora se vocês quiserem registrar mais alguma coisa...

L.C. – Palavras finais Zezão.

J.S. – Bom, eu... Estou tão longe, né? Estou tão longe da minha vida pessoal que quando eu vejo dá uma... Eu estava procurando esses documentos, aquele negócio, parece que eu viajei, parece que eu fui e viajei no tempo, visitei o núcleo, um núcleo desses que a gente visitava, que enche de alegria, que dá uma sensação, meio que clichêzinho, mas uma sensação de olha, eu acho que eu fiz muita coisa por esse país sim, sabe?

L.C. – Valeu a pena.

J.S. – Pode ser clichêzinho, pode ser o que for e amanhã eu estou lá brigando, não sei por que, mas que eu vou eu vou. Uma experiência que eu conheci essas figuras aí que quando alguém fala de política e tudo eu digo: “Olha eu sei, eu tenho história que me orgulho muito, muito, muito”. Olha, emociona.

¹⁴⁰ Setorial de Esporte e Lazer.

L.C. – É, emociona, é isso aí. Seu Roberto!

R.L – A gente levantou projeto... O projeto político de nossas vidas foi levar o Lula lá. Toda a nossa vida. As campanhas de 1989, de 1994, 1998, 2002 a gente colocou o Lula na Presidência do Brasil. Quando a gente colocava aquela foto do Lula atrás das nossas mesas, do nosso gabinete, a gente... Cada dia, a cada conflito desse, a cada fogo amigo que a gente passava, a cada inimigo que a gente enfrentava, a cada adversário que a gente superava, a gente estava afirmando as nossas convicções de vida. Não era o contracheque que a gente estava esperando sair no dia primeiro de março, mas eram as possibilidades que a gente outrora havia sonhado que começavam a ganhar força, começavam a ganhar cor, começavam a ganhar nitidez, então isso dava fôlego. Qual era o controle social nosso? Além dos companheiros de luta de sempre, nas conferências que a gente andou no Brasil todo. Não a gente eufemisticamente, mas todo o coletivo nosso rodava muito o país; a gente andava quarenta, cinquenta viagens por ano e com os desdobramentos que isso traz, com o impacto que traz nas vidas privadas de cada um de nós, evidentemente, mas o sentido estratégico dessa nossa presença no Ministério que até hoje a gente fala com o ombro encaixado, a gente tem...

J.S. – Muito orgulho.

R.L. – Aquilo que diz, o orgulho de ter construído o primeiro Governo Lula, governo que ganhou notoriedade internacional, governo que foi aplaudido internacionalmente, que foi respeitado internacionalmente, que é respeitado... Foi respeitado por 70%, 80% da população. A gente tem clareza e convicção que a gente trouxe a nossa contribuição histórica nesse processo, sem nenhuma arrogância, sem nenhum tipo de soberba, mas com uma análise serena, nossa, mas também dos nossos companheiros, nossos pares, que a gente cumpriu uma trajetória de dignidade ao longo do tempo que a gente permaneceu lá. De janeiro de 2003 a meados de maio, junho de 2006 que foi o quadriênio da nossa gestão, a gente tem serenidade, tranquilidade e aquilo que as vovós, não tive vovó, mas as mães... Minha querida mãe dizia: o orgulho de estar ali no dia a dia e honrar quem nos trouxe a vida e honrar quem caminhou com a gente ao longo de toda essa vida. Então, se tem algum sentido, se tem algum sentido o Esporte e Lazer da Cidade na nossa

trajetória, esse é o sentido substantivo dessa trajetória, a contribuição do projeto societário que dava, que apontava possibilidade de dignidade a quem jamais teve voz e vez nesse país. Esse era o sentido, isso que dava... Fazia os nossos olhos brilharem e que continua fazendo nossos olhos brilharem. E aqui, permita um depoimento, estamos no dia 18, 19...

L.C. – 17.

R.L. – 17 de março de 2016, as forças que a gente bateu nas urnas em 2002, em 2006 e em 2010, elas ganharam força, elas tentam operar mais uma vez um golpe contra a nação. Então, a gente se coloca mais uma vez ao lado daqueles que não tem voz, que não tiveram vez, para garantir a construção de um projeto popular democrático para esse país. Então aquilo que nos inspirou a partir de 2003 continua inspirando as nossas vidas é por isso que a gente continua do mesmo lado, por isso que a gente continua companheiro, continua fraterno, continua desapegado das questões que encantam tantas figuras, relações de poder, relações econômicas, isso para nós, nunca teve... O que dava sentido são as possibilidades emancipatórias, as possibilidades políticas que encantaram os nossos corações, que encantaram as nossas vidas ao longo de todos os anos, então a gente botou a nossa força de trabalho para isso.

L.C. – Eu quero pegar a emoção do Zezão, essa fala de coração, mas extremamente dotada de razão do Roberto, dos motivos que nos levaram a nos fazer presente naquele momento histórico do Ministério, e que nos levam a continuar no mesmo campo de luta nos dias de hoje para dizer que é emblemática essa nossa conversa hoje. Em um momento em que esse projeto que nós lutamos, defendemos, corre grave risco de ser derrotado pelas mesmas forças que em 1954 mataram Getúlio Vargas, em 1964 derrubaram Jango¹⁴¹ e o mataram mais a frente, e que agora se organizaram, reorganizaram, para de novo derrubar aqueles que ferem seus interesses de classe. Gozado que eu saio daqui nesse momento mais fortalecido, energizado, de quando eu entrei, porque eu estava, até brincamos no almoço Chris, extremamente irritado. Por muito pouco não abro confusão hoje é porque o cara não desceu do andar dele, porque eu já estava lá embaixo esperando por ele. O que não seria

¹⁴¹ Presidente João Belchior Marques Goulart.

bom, mas eu estava. E eu acho que isso nos traz de novo a serenidade de que o caminho é esse. Eu quero reforçar palavras de que talvez aqui prevaleça o acadêmico, o estudioso, que tenha na história, uma referência forte de produção, de conhecimento de intervenção política, de deixar claro que tudo que foi dito, tudo que eu falei aqui, teve o intuito, a intenção, de registrar na história aquilo que, no meu entender, configura uma ação de política e que é muito mais do que daquilo que a aparência nos mostra. E a aparência é, como eu disse, são os *papers*, são os pôsteres, são os documentos oficiais de governo, que não dão conta de contar toda a história. Então não percebiam alguns detalhes ditos como resquícios de mágoa, como falas trazidas pelo fígado, não é nada disso. É o registro do que acontece quando alguém se põe a campo com intuito de construir uma política que, mesmo em um governo popular democrático, ganha contornos contra hegemônicos. O nosso foi contra hegemônico até na postura do fazer política, de não correr atrás de cargos, porque nós poderíamos estar lá talvez... Não até agora, mas até o Orlando nós ficaríamos uma boa, como assessor deles se quiséssemos. Zezão poderia continuar como Chefe de Gabinete ou qualquer outro lugar lá dentro, porque convite não faltou para ele. Mas é um convite feito diante de uma lógica do que viria adiante que não dizia respeito ao que nós defendíamos e preferimos sair de cabeça erguida. Eu, hoje, quando estou em um ambiente público, e aquela que me substitui, se lhe é concedida a palavra, eu me retiro do ambiente. Ela não merece o meu respeito, como não merece o respeito aquelas pessoas que estavam conosco e permaneceram do lado dela por um bom tempo. Pessoas que hoje estão espalhadas por aí em outros Ministérios porque o que buscam é espaço para não abrir mão daquilo que para eles é importante que para nós é muito secundário. E é gostoso você todo dia ir deitar, todo dia seguinte acordar com a consciência tranquila de que agiu a partir de valores que lhe são caros e que estão presentes nos filhos, nos amigos que te cercam, no respeito que você continua tendo, naquilo que faz, naquilo que escreve, nos lugares por onde passa, e nos compromissos que ainda estão presentes na vida. Agradecer a você, a Silvana¹⁴² por essa oportunidade de registrar a nossa leitura daquele momento. Eu não parto do pressuposto do pós-moderno que cada leitura é uma faceta da verdade e que existe, portanto, tantas verdades quantas leituras possam ser feitas dela. Não é isso que eu estou dizendo. Tudo que eu disse aqui são fatos históricos, foram fundados em fatos históricos, de uma maneira

¹⁴² Silvana Vilodre Goellner.

ou outra podem ser comprovados. Pode até dar trabalho, alguns deles, mas há pessoas vivas que estariam dispostas a dar testemunho disso que foi dito aqui, e saber que isso não morrerá conosco, que isso permanecerá no tempo, naqueles que um dia se interessem pela história lá do início do século vinte e um, e nós aqui no século vinte e três, há duzentos anos atrás, a história da política esportiva no Brasil. Saber que isso vai continuar vivo é uma coisa que me envaidece, sem frescura, me deixa... Por isso eu respeito, por isso eu ter me colocado à sua disposição, Chris, e a da Silvana, no primeiro momento que o convite foi formulado. Estou disponível para fazer aí depois dessa transcrição que vai ser cumprida e chata porque em alguns momentos nós falamos ao mesmo tempo pela nossa empolgação, três pessoas que gostam de falar [risos],

R.L. – Professores somos.

L.C. – Mas assim que isso estiver pronto, pode ter certeza que eu vou dar toda atenção, todo carinho, todo respeito que esse texto merece de mim. O material que eu tiver disponível de forma eletrônica, eu vou lhe passar no seu endereço, e o que você não tiver, e talvez eu mesmo não tendo, posso ir atrás e achar alguém que tenha. Eu, o Zezão, o Roberto estamos abertos a você sobre essas coisas. Então é isso. Foi um bom momento, uma boa tarde nesse dia 17 de março que nos deu força para chegar nas ruas no dia 18 com a vontade redobrada e mandar os golpistas para casa. Pode ter certeza, obrigado por essa oportunidade.

C.M – Bom, professores, muito obrigada. Eu agradeço muito e também em nome da professora Silvana e do Centro de Memória do Esporte.

[FINAL DA ENTREVISTA]